DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Ano XXVIII - 8ª Legislatura

DCL Nº 265 Brasília, sexta-feira, 20 de dezembro de 2019

	Sumaric
Seção 1	
Redações Finais	3
Seção 2	
Portarias	65
Extratos - Licitações	68
Extratos - Contratos	69
Seção 3 (em Supleme	ento)
Δtas	3



Mesa Diretora

Presidente: Deputado Rafael Prudente **Vice-Presidente:** Deputado <u>Delmasso</u>

Primeiro Secretário: Deputado Iolando Almeida - Suplente: Deputado Jorge Vianna Segundo Secretário: Deputado Robério Negreiros - Suplente: Deputado Roosevelt Vilela Terceiro Secretário: Deputado João Cardoso - Suplente: Deputada Jaqueline Silva

Corregedor: Deputado José Gomes

Ouvidor: Deputado Daniel Donizet

Procuradora Especial da Mulher: Deputada Júlia Lucy





COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONS	TITUIÇÃO E JUSTIÇA
Titulares	Suplentes
Presidente: Reginaldo Sardinha Vice-Presidente: Martins Machado Daniel Donizet Roosevelt Vilela Prof. Reginaldo Veras	João Cardoso Delmasso Robério Negreiros Hermeto Cláudio Abrantes

COMISSÃO DE ECONOMIA,	ORÇAMENTO E FINANÇAS
Titulares	Suplentes
Presidente: Agaciel Maia Vice-Presidente: José Gomes Eduardo Pedrosa Jaqueline Silva Júlia Lucy	Delegado Fernando Fernandes Roosevelt Vilela Daniel Donizet Iolando Almeida Leandro Grass

COMISSÃO DE AS	SUNTOS SOCIAIS
Titulares	Suplentes
Presidente: Martins Machado Vice-Presidente: José Gomes Iolando Almeida Fábio Felix Leandro Grass	Delmasso Robério Negreiros Jorge Vianna Arlete Sampaio Júlia Lucy

COMISSÃO DE DEFES	SA DO CONSUMIDOR
Titulares	Suplentes
Presidente: Chico Vigilante Lula da Silva Vice-Presidente: João Cardoso Jorge Vianna Valdelino Barcelos Cláudio Abrantes	Agaciel Maia Reginaldo Sardinha Hermeto Eduardo Pedrosa Prof. Reginaldo Veras

COMISSÃO DE DEFESA D CIDADANIA, ÉTICA E DE	
Titulares	Suplentes
Presidente: Fábio Felix Vice-Presidente: Agaciel Maia Leandro Grass João Cardoso Iolando Almeida	Chico Vigilante Lula da Silva Robério Negreiros José Gomes Martins Machado Valdelino Barcelos
COMISSÃO DE ASSU	JNTOS FUNDIÁRIOS
Titulares	Suplentes
Presidente: Hermeto Vice-Presidente: Delegado Fernando Fernandes Cláudio Abrantes	João Cardoso Martins Machado Eduardo Pedrosa

Roosevelt Vilela Arlete Sampaio

COMISSÃO DE EDUCAÇ	ÃO, SAÚDE E CULTURA
Titulares	Suplentes
Presidente: Jorge Vianna Vice-Presidente: Delegado Fernando Fernandes Delmasso Prof. Reginaldo Veras Arlete Sampaio	Iolando Almeida Jaqueline Silva Valdelino Barcelos Hermeto Fábio Felix

COMISSÃO DE	SEGURANÇA
Titulares	Suplentes
Presidente: Roosevelt Vilela Vice-Presidente: Valdelino Barcelos Robério Negreiros Chico Vigilante Lula da Silva Hermeto	José Gomes Jaqueline Silva Agaciel Maia Fábio Felix Reginaldo Sardinha

COMISSÃO DE DESENVO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLO	
Titulares	Suplentes
Presidente:Eduardo Pedrosa Vice-Presidente: Jaqueline Silva Delmasso Robério Negreiros Júlia Lucy	Jorge Vianna Agaciel Maia Martins Machado Valdelino Barcelos Leandro Grass

COMISSÃO DE FISCALIZ TRANSPARÊNCI	
Titulares	Suplentes
Presidente: Jaqueline Silva Vice-Presidente: Leandro Grass Martins Machado Robério Negreiros Agaciel Maia	Delegado Fernando Fernandes Júlia Lucy Delmasso Reginaldo Sardinha Eduardo Pedrosa

COMISSÃO DE TRANSPORT	E E MOBILIDADE URBANA
Titulares	Suplentes
Presidente: Valdelino Barcelos Vice-Presidente: Reginaldo Sardinha Eduardo Pedrosa Roosevelt Vilela Daniel Donizet	Delmasso João Cardoso Iolando Almeida Jaqueline Silva Jorge Vianna

atualizado em 06/12/2019

8^a Legislatura

Deputado Agaciel Maia Deputada Arlete Sampaio Deputado Chico Vigilante Lula da Silva Deputado Cláudio Abrantes Deputado Daniel Donizet

José Gomes Chico Vigilante Lula da Silva

Deputado Delmasso Deputado Eduardo Pedrosa Deputado Fábio Felix

Deputado Delegado Fernando Fernandes

Deputado Hermeto Deputado Iolando Almeida Deputado Jaqueline Silva

Deputado João Cardoso Deputado Jorge Vianna Deputado José Gomes Deputada Júlia Lucy Deputado Leandro Grass Deputado Martins Machado Deputado Rafael Prudente Deputado Prof. Reginaldo Veras Deputado Reginaldo Sardinha Deputado Robério Negreiros Deputado Roosevelt Vilela Deputado Valdelino Barcelos

DCL normatizado conforme Resolução Nº 279, de 2016



Seção 1 Redações Finais

PROJETO DE LEI Nº 932, DE 2016

REDAÇÃO FINAL

Institui o Programa de Apoio Psicológico e de Orientação para Pais Biológicos ou Adotivos de Crianças Especiais e, na ausência destes, para o familiar responsável e adota outras providências.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º Fica instituído, no Distrito Federal, o Programa de Apoio Psicológico e de Orientação para Pais Biológicos ou Adotivos de Crianças Especiais e, na ausência destes, para o familiar responsável.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, entende-se por criança especial toda criança portadora de síndrome infantil de qualquer espécie ou de alguma deficiência.

- **Art. 2º** O Programa de que trata o art. 1º tem por finalidade:
- I dar o apoio necessário aos pais ou ao familiar responsável quando do diagnóstico da síndrome ou deficiência, com as seguintes medidas:
- a) atendimento psicológico no pós-parto quando já identificada a presença da síndrome ou deficiência;
- b) esclarecimentos sobre a síndrome ou deficiência, bem como as orientações necessárias sobre a condição da criança e suas especificidades;
- c) acompanhamento e registro da evolução das crianças especiais frente aos tratamentos realizados, para futura fonte de pesquisa;
- II dar orientação técnica aos servidores das áreas da saúde e educação sobre as mais diferentes síndromes infantis e deficiências;
- III divulgar informações gerais à comunidade sobre as síndromes e deficiências e as questões relativas à convivência e trato dos seus portadores e suas capacidades relacionadas ao ensino, ao trabalho e à prática de modalidades esportivas e artísticas, visando à inclusão social;
- IV implantar ações capazes de fazer a interação entre os profissionais da saúde e da educação e os familiares dos portadores de síndrome ou deficiência, com vistas à melhoria da qualidade de vida destes;
- V promover ações de esclarecimento e coibição de preconceitos relacionados aos portadores de síndrome ou deficiência;
 - VI divulgar o Programa por intermédio de propaganda em rádio e televisão.
- **Art. 3º** Para a execução desta Lei, o governo do Distrito Federal fica autorizado a assinar convênios e parcerias com órgãos e entidades afins.
- Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 dias, a contar da data de sua publicação.
 - Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
 - **Art. 6º** Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 5 de dezembro de 2019.

MANOEL ÁLVARO DA COSTA Secretário Legislativo



Documento assinado eletronicamente por **MANOEL ALVARO DA COSTA - Matr. 15030, Secretário(a) Legislativo(a)**, em 19/12/2019, às 12:44, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente n° 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal n° 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 Código Verificador: **0026777** Código CRC: **2612172F**.



PROJETO DE LEI Nº 2.179, DE 2018

REDAÇÃO FINAL

Dispõe sobre as atividades de preceptoria nas carreiras Médica, Cirurgião Dentista, Enfermeiro e Assistência Pública à Saúde e dá outras providências.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º Incluem-se entre as atribuições das carreiras Médica, Cirurgião Dentista, Enfermeiro e Assistência Pública à Saúde as atividades relacionadas à educação em saúde.

Parágrafo único. Os servidores da Secretaria de Saúde do Distrito Federal – SES-DF devem acolher, incentivar e orientar as pessoas em formação na rede de saúde do Distrito Federal, dentro de sua área de conhecimento e em conformidade com as atribuições de seu cargo.

- **Art. 2º** Fica criada a Gratificação pela Atividade de Preceptoria GAP, a ser paga para preceptores das carreiras de profissionais de saúde vinculadas à SES-DF, para atuação junto às instituições de ensino vinculadas à rede de saúde do Distrito Federal.
- **Art. 3º** São consideradas instituições de ensino vinculadas à SES-DF a Escola Superior de Ciências da Şaúde ESCS, a Escola Técnica de Saúde de Brasília Etesb e a Escola de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde Eapsus, por meio da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde Fepecs.

Parágrafo único. São modalidades de ensino das instituições dispostas neste artigo:

- I educação profissional;
- II graduação;
- III aperfeiçoamento;
- IV residências.
- **Art. 4º** A atividade de preceptoria dos programas educacionais referidos no do art. 3º, parágrafo único, são exercidas por servidores das carreiras mencionadas no art. 2º, mediante processo seletivo em que se garantam a publicidade e a impessoalidade.
- **Parágrafo único.** Em programas educacionais específicos, sem caráter permanente, as atividades educacionais podem ser exercidas por profissionais não integrantes das carreiras de que trata o **caput**, mediante regulamentação.
 - Art. 5º Para os efeitos desta Lei, considera-se:
- I preceptoria: o conjunto de atividades do profissional de saúde educador que cuida da saúde da população e tem o compromisso da formação em saúde, ensinando a prática e a teoria relacionada a sua área de conhecimento e atuando junto aos estudantes nos cenários de prática assistenciais, sem prejuízo das demais atribuições do cargo;
- II preceptor de residência: o profissional de saúde educador que cuida da saúde da população e tem o compromisso da formação em saúde, ensinando a prática e a teoria relacionada a sua área de conhecimento e atuando junto aos residentes nos cenários de prática assistenciais, sendo suas atribuições definidas na legislação da Comissão Nacional de Residência Médica e em áreas profissionais de saúde do Ministério da Educação MEC e no regulamento interno próprio;
- III preceptor de graduação: o profissional de saúde educador que cuida da saúde da população e tem o compromisso da formação em saúde, ensinando a prática e a teoria relacionada a sua área de conhecimento e inserindo os alunos de graduação nos cenários de prática assistenciais, sendo suas atribuições definidas em regulamento interno próprio;
- IV preceptor-colaborador: o profissional de saúde preceptor designado para orientação dos residentes em cenário de prática diverso do programa de residência de origem, com objetivo de cumprimento do currículo mínimo ou matriz de competências aprovada pelo MEC, com direito à GAP, sem



direito à reserva de carga horária para desempenho desta atividade, conforme regulamento interno próprio;

- V supervisor de programa de residência médica: o médico responsável por supervisionar todas as atividades práticas e teóricas relacionadas aos preceptores e residentes de determinado programa de residência médica, respondendo diretamente por este junto às instâncias reguladoras;
- VI coordenador de programa de residência em área profissional de saúde: o profissional de saúde responsável por coordenar todas as atividades relacionadas aos preceptores e residentes de determinado programa de residência em área profissional de saúde, respondendo diretamente por este junto às instâncias reguladoras;
- VII coordenador de Comissão de Residência Médica Coreme: o médico responsável por coordenar todos os programas de residência médica de determinada instituição de saúde, respondendo diretamente por todos os programas da instituição, junto às instâncias reguladoras;
- VIII tutor de programa de residência em área profissional de saúde: o profissional de saúde responsável pela tutoria, que é a atividade de orientação acadêmica de preceptores e residentes em áreas profissionais de saúde, exercida por profissional com formação mínima de mestre ou, excepcionalmente, caso não haja profissionais com tal formação, por profissional com título de especialista;
- IX coordenador de Comissão de Residência Multiprofissional e em Áreas Profissionais de Saúde
 Coremu: o profissional de saúde responsável por coordenar todos os programas de residência em áreas profissionais de saúde de determinada instituição, respondendo diretamente por todos esses programas junto às instâncias reguladoras;
- X preceptor de ensino técnico: o profissional de saúde que executa a atividade de ensino teórico-prático, em nível técnico, destinada à orientação dos alunos dos cursos técnicos, nos cenários educacionais;
- XI preceptor de aperfeiçoamento: o profissional de saúde que executa a atividade de ensino teórico-prático em nível de aperfeiçoamento, destinada à orientação das atividades dos alunos dos cursos de aperfeiçoamento, nos cenários educacionais.
- **Parágrafo único.** A atividade de preceptoria pode compreender atividades de planejamento, gestão e organização do trabalho pedagógico.
- **Art. 6º** A preceptoria somente pode ser exercida por servidor lotado e em pleno exercício assistencial na unidade de saúde que é cenário de prática do programa para o qual foi selecionado.
- § 1º Caso parte das atividades seja desenvolvida em unidade de saúde diversa da lotação do residente por exigência de cumprimento do currículo mínimo do programa, pode ser designado preceptor colaborador, sem vínculo com a unidade de origem, mediante processo seletivo simplificado, com direito à gratificação prevista no art. 12, mas sem direito à reserva de carga horária prevista no art. 10.
- § 2º No interesse do aperfeiçoamento das atividades de preceptoria, podem também ser convidados profissionais de saúde para o programa, entre profissionais de notório conhecimento na área, selecionados por análise de títulos, com direito a certificação, sem direito à gratificação prevista no art. 12 ou à reserva de carga horária prevista no art. 10.
- **Art. 7º** É vedada a designação de servidor como preceptor de mais de 1 programa de residência, ainda que tenha duplo vínculo funcional com a SES-DF.
- **Art. 8º** A supervisão e a coordenação dos programas de residência médica, assim como a tutoria e a coordenação dos programas de residência em áreas profissionais de saúde, devem ser exercidas por servidores com carga horária de 40 horas.
- **Parágrafo único.** Excepcionalmente, podem ser designados servidores com carga horária inferior a 40 horas para supervisão e coordenação dos programas de residência médica, bem como tutoria dos programas de residência em área profissional, desde que cumulativamente:
 - I sejam aprovados em processo seletivo público;
 - ${
 m II}$ não haja servidores com carga horária de 40 horas interessados ou aprovados em processo



seletivo público.

- **Art. 9º** Os preceptores da educação profissional ou dos programas de residência devem reservar 4 horas semanais de sua carga horária de trabalho para atividades específicas de ensino.
- **Art. 10.** A reserva de carga horária destinada às atividades de ensino dos supervisores e tutores de programas de residência deve ser proporcional ao número de residentes do programa.

Parágrafo único. A reserva de carga horária não pode ser inferior a 6 horas nem superior a 16 horas, na forma do regulamento interno dos programas de residência.

Art. 11. A reserva de carga horária destinada às atividades de ensino dos coordenadores de programas de residência e dos coordenadores de Coreme e Coremu deve ser proporcional ao número de residentes e de programas, respectivamente.

Parágrafo único. A reserva de carga horária não pode ser inferior a 6 horas nem superior a 20 horas, na forma do regulamento interno dos programas de residência.

- **Art. 12.** A Gratificação pela Atividade da Preceptoria GAP é fixada nas seguintes faixas de valores, de acordo com as modalidades de ensino:
 - I GAP I: R\$927,00, para preceptores de ensino técnico e aperfeiçoamento;
- II GAP II: R\$1.246,00, para preceptores de programas de graduação, residência médica e em área profissional;
 - III GAP III: R\$1.856,00, para supervisores ou tutores de programas de residência;
 - IV GAP IV: R\$2.481,00, para coordenadores de programas de residência.
- § 1º A GAP, de natureza eventual e precária, é devida somente nos períodos de efetivo exercício da atividade de preceptores e não deve servir de base de cálculo para pagamento de qualquer parcela remuneratória, inclusive férias e gratificação natalícia, sendo reajustada anualmente por ato do Poder Executivo.
 - § 2º Os valores previstos neste artigo ficam acrescidos de 10% a partir de março de 2020.
- **Art. 13.** Ficam ratificados e convalidados os pagamentos efetivados em exercícios anteriores, bem como garantida a ininterrupção dos pagamentos da GAP objeto desta Lei.
- **Art. 14.** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correm a cargo de dotações do orçamento do Distrito Federal.

Parágrafo único. As despesas decorrentes da GAP ficam a cargo do orçamento da SES-DF.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2019.

MANOEL ÁLVARO DA COSTA Secretário Legislativo



Documento assinado eletronicamente por **MANOEL ALVARO DA COSTA - Matr. 15030**, **Secretário(a) Legislativo(a)**, em 19/12/2019, às 12:44, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador externo.php?acao=documento conferir&id orgao acesso externo=0 Código Verificador: **0026779** Código CRC: **9B5A4024**.



PROJETO DE LEI Nº 275, DE 2019

REDAÇÃO FINAL

Dispõe sobre a proibição de conferência de produtos adquiridos pelo consumidor em supermercados e similares, após o pagamento das compras no caixa, no Distrito Federal.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

- **Art. 1º** Os supermercados, hipermercados, atacadistas ou varejistas, bem como estabelecimentos comerciais similares, ficam proibidos de conferir os produtos adquiridos e pagos pelo consumidor, após o pagamento das compras no caixa, no Distrito Federal.
- **Art. 2º** Os estabelecimentos mencionados no art. 1º devem, obrigatoriamente, fixar, em local e tamanho visível, cópia desta Lei, que deve vir acompanhada do número 151 Disque Denúncia do Instituto de Defesa do Consumidor Procon.
- **Art. 3º** O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 56 a 60 da Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 Código de Defesa do Consumidor e do Decreto federal nº 2.181, de 20 de março de 1997.
 - Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 4 de dezembro de 2019.

MANOEL ÁLVARO DA COSTA Secretário Legislativo



Documento assinado eletronicamente por **MANOEL ALVARO DA COSTA - Matr. 15030, Secretário(a) Legislativo(a)**, em 19/12/2019, às 12:44, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 Código Verificador: **0026781** Código CRC: **03CC5325**.

EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO



REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 621, DE 2019

Cria o Conselho Distrital de Segurança Pública — Condisp e dá outras providências.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

- **Art. 1º** Fica criado, no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública do Distrito Federal Susp, o Conselho Distrital de Segurança Pública Condisp, nos termos da Lei federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018.
- **Art. 2º** O Condisp, instância colegiada do Sistema Único de Segurança Pública, é órgão permanente, com competência consultiva, propositiva e de acompanhamento social das atividades de segurança pública, respeitadas as instâncias decisórias e as normas de organização da administração pública.
 - Art. 3º Compete ao Condisp:
- I propor diretrizes para a política distrital de segurança pública voltadas à promoção da segurança pública e à prevenção e repressão da violência e da criminalidade;
- II acompanhar a execução da política distrital de segurança pública voltada à promoção da segurança pública e à prevenção e repressão da violência e da criminalidade;
- III acompanhar as instituições integrantes das forças de segurança e recomendar providências legais às autoridades competentes no que se refere:
- a) a condições de trabalho, valorização e respeito pela integridade física e moral dos seus integrantes;
 - b) ao atingimento das metas previstas no Susp;
 - c) ao resultado célere na apuração das denúncias em tramitação nas respectivas corregedorias;
 - d) ao grau de confiabilidade e aceitabilidade do órgão pela população por ele atendida;
 - IV estimular a atuação intersetorial da política distrital de segurança pública;
- V propor estudos e ações visando ao aumento da eficiência na execução da política distrital de segurança pública;
- VI acompanhar a destinação, aplicação e execução dos recursos destinados à política distrital de segurança pública;
 - VII propor aprimoramento das normas de segurança pública;
- VIII realizar eventos abertos à sociedade civil, visando ao debate da segurança pública e à transparência de seus trabalhos;
- IX convocar e participar da organização da Conferência Distrital de Segurança Pública e zelar pela efetividade das suas deliberações;
- X apoiar a articulação dos conselhos comunitários de segurança, assim como propiciar que as pautas presentes nos conselhos comunitários dialoguem com a formulação e a execução da política distrital de segurança;
 - XI elaborar e aprovar seu Regimento Interno.
 - Art. 4º O Condisp é composto pelas seguintes instâncias:
 - I Plenária;
 - II Presidência;
 - III conselheiros;



- IV Comissão de Ética;
- V Secretaria-executiva.
- \S 1º A Plenária do Condisp é a instância máxima e é constituída pelo presidente do Conselho e demais conselheiros.
- § 2º O presidente do Condisp é o titular da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal SSP/DF ou servidor por ele designado.
- § 3º O Presidente do Condisp é substituído nas suas ausências ou impedimentos pelo vicepresidente, que é escolhido dentre os conselheiros pela Plenária.
- § 4º Em caso de ausência ou impedimento, inclusive temporário, da Presidência e da Vicepresidência, a coordenação da reunião cabe a um conselheiro no exercício da titularidade, indicado por decisão da Plenária, não competindo a ele exercer as demais funções da Presidência.
- § 5º A Secretaria-executiva do Condisp deve compor a estrutura organizacional da SSP/DF, é nomeada por ato do presidente para exercer a função de apoio técnico e administrativo ao Conselho e pode se manifestar nas reuniões, conforme necessidade da Plenária.
- § 6° A Comissão de Ética é composta por 3 conselheiros, sendo 1 de cada segmento, com igual número de suplentes, eleitos pela Plenária, após aprovação de resolução autorizadora a requerimento do presidente ou de $^{1}/_{3}$ dos conselheiros.
 - § 7º A Plenária deve aprovar resolução que discipline as atribuições da Comissão de Ética.

Art. 5º São conselheiros do Condisp:

- $\rm I-1$ representante titular e respectivo suplente indicado pelos titulares dos seguintes órg $\tilde{\rm a}$ os e entidades do Distrito Federal:
 - a) SSP/DF;
 - b) Polícia Militar do Distrito Federal PMDF;
 - c) Polícia Civil do Distrito Federal PCDF;
 - d) Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal CBMDF;
 - e) Departamento de Trânsito do Distrito Federal Detran/DF;
 - f) Casa Civil do Distrito Federal CACI/DF;
 - g) Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal SEDF;
 - h) Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal SES/DF;
 - i) Defesa Civil do Distrito Federal;
 - j) Sistema Penitenciário do Distrito Federal SESIPE/SSP/DF;
 - k) Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal;
 - I) Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal no Distrito Federal;
 - m) Sistema Socioeducativo do Distrito Federal SSE/SEJUS/DF;
 - n) Câmara Legislativa do Distrito Federal;
- II 8 representantes titulares e respectivos suplentes indicados por entidades de caráter associativo ou sindical das forças de segurança pública do Distrito Federal e órgãos vinculados, garantida a representação das seguintes instituições:
 - a) representante dos oficiais da PMDF;
 - b) representante dos praças da PMDF;
 - c) representante da carreira dos delegados da PCDF;
 - d) representante das demais carreiras da PCDF;



- e) representante dos oficiais do CBMDF;
- f) representante dos praças do CBMDF;
- g) representante dos agentes de trânsito do Detran/DF;
- h) representante dos agentes de atividades penitenciárias do Distrito Federal;
- III 6 representantes titulares e respectivos suplentes de entidades ou organizações da sociedade civil, núcleos de estudo, grupos de pesquisa ou universidades e conselhos comunitários cuja finalidade esteja comprovadamente relacionada à promoção de políticas nas áreas dos direitos humanos, da cultura de paz e da prevenção da violência e da criminalidade;
- ${
 m IV}-1$ representante titular e respectivo suplente dos conselhos comunitários de segurança do Distrito Federal, indicado dentre os presidentes desses conselhos;
- V-1 representante titular e respectivo suplente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios TJDFT;
- ${\sf VI}-1$ representante titular e respectivo suplente do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios MPDFT;
- ${
 m VII}-1$ representante titular e respectivo suplente da Defensoria Pública do Distrito Federal e Territórios DPDFT;
- ${
 m VIII}-1$ representante titular e respectivo suplente da Ordem dos Advogados Seccional do Distrito Federal OAB/DF.
- § 1º A indicação dos conselheiros titulares e suplentes de que trata o inciso I do *caput* deve ser dirigida ao presidente do Condisp no prazo de 15 dias a contar da publicação desta Lei.
- § 2º Os representantes das entidades e organizações referidas nos incisos II, III e IV do *caput* devem ser eleitos obedecendo a forma preconizada em regulamentos próprios a serem elaborados pela SSP/DF no prazo de 90 dias a contar da publicação desta Lei.
- § 3º Os representantes das entidades e organizações referidas nos incisos II, III e IV do *caput* têm mandato de 2 anos, permitida apenas 1 recondução ou reeleição.
- § 4º Os conselheiros constantes dos incisos II, III e IV do *caput* não podem exercer cargos comissionados na estrutura do governo do Distrito Federal durante o mandato no Condisp.
- \S 5º Os conselheiros são designados por meio de portaria publicada pelo presidente do Condisp e são empossados na sessão plenária agendada para esse fim.
 - § 6º Podem participar das reuniões do Condisp convidados e observadores, sem direito a voto.
- **Art. 6º** A Cârama Legislativa do Distrito Federal deve indicar 1 representante titular e respectivo suplente para atuar como conselheiro do Condisp.
- **Art. 7º** O Condisp pode instituir câmaras técnicas permanentes, comissões temporárias e grupos de trabalho destinados a subsidiar a Plenária sobre temas específicos, por meio de resolução a ser publicada no **Diário Oficial do Distrito Federal**.
- **Parágrafo único.** Órgãos ou entidades que não tenham assento no Conselho e cujas competências tenham pertinência temática com a matéria a ser enfrentada nas câmaras técnicas permanentes, comissões temporárias e grupos de trabalho, podem ser convidados a indicar representantes para auxiliar nos trabalhos.
- **Art. 8º** O Condisp reúne-se ordinariamente a cada bimestre e extraordinariamente sempre que convocado por seu presidente, por iniciativa própria ou a requerimento de $^{1}/_{3}$ dos seus membros.
- **Art. 9º** As reuniões ordinárias e extraordinárias do Condisp são transmitidas, sempre que possível, pela Internet, visando a publicidade e transparência.
- **Art. 10.** A Plenária deve aprovar o Regimento Interno, a ser publicado por meio de decreto do governador no prazo máximo de 90 dias a contar da publicação desta Lei.
 - Parágrafo único. O regimento interno deve dispor sobre a organização, o funcionamento e as

atribuições das instâncias do Condisp, observadas as disposições desta Lei.

- **Art. 11.** A participação como conselheiro é considerada serviço público relevante e não é remunerada.
- **Art. 12.** Ato do titular da SSP/DF deve dispor sobre a eleição dos representantes de que trata o art. 5° , II, III e IV.
 - Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.
 - Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2019.





Documento assinado eletronicamente por **MANOEL ALVARO DA COSTA - Matr. 15030**, **Secretário(a) Legislativo(a)**, em 19/12/2019, às 17:48, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente n° 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal n° 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador externo.php?acao=documento conferir&id orgao acesso externo=0 Código Verificador: **0027293** Código CRC: **92F60DB1**.

PROJETO DE LEI Nº 739, DE 2019

REDAÇÃO FINAL

Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 34.641.001,00.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

- **Art. 1º** Fica aberto, nos termos dos art. 56 e 61 da Lei nº 6.216, de 17 de agosto de 2018, ao Orçamento Anual do Distrito Federal, para o exercício financeiro de 2019 (Lei nº 6.254, de 09 de janeiro de 2019), crédito adicional no valor de R\$ 34.641.001,00 (trinta e quatro milhões, seiscentos e quarenta e um mil e um reais) para atender às programações orçamentárias indicadas nos Anexos VII, VIII, IX, X e XI.
 - **Art. 2º** O crédito adicional de que trata o art. 1º será financiado da seguinte forma:
- I pela anulação de dotação orçamentária do Orçamento de Dispêndio no valor de R\$ 2.416.000,00 (dois milhões, quatrocentos e dezesseis mil reais), nos termos do art. 43, §1°, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme Anexo V; e
- II pelo excesso de arrecadação proveniente de recursos de convênio com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) no valor de R\$ 1.560.000,00 (um milhão, quinhentos e sessenta mil reais) nos termos do art. 43, § 1º, II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme Anexo III.
- III pela receita oriunda de superávit financeiro no valor de R\$ 6.250.001,00 (seis milhões, duzentos e cinquenta mil e um reais), nos termos do art. 43, §1°, I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme Anexo II, para atender as programações orçamentárias dispostas no Anexo VII.
- ${
 m IV}$ pelo excesso de arrecadação proveniente de recursos do Fundo de Assistência à Saúde da Câmara Legislativa do Distrito Federal FASCAL, no valor de R\$ 3.415.000,00 (três milhões, quatrocentos e quinze mil reais), nos termos do art. 43, §1°, ${
 m II}$, da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, conforme Anexo IV, para atender as programações orçamentárias dispostas no Anexo IX.
- V Pela anulação de dotação orçamentária no valor de R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais), nos termos do art. 43, §1°, III, da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, conforme Anexo VI, para atender as programações orçamentárias dispostas no Anexo XI.
- **Art. 3º** Em função do disposto nos artigos $1^{\rm o}$ e $2^{\rm o}$, a receita da BIOTIC S/A fica alterada na forma dos Anexos I e III.
 - Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2019.

MANOEL ÁLVARO DA COSTA Secretário Legislativo



Documento assinado eletronicamente por **MANOEL ALVARO DA COSTA - Matr. 15030**, **Secretário(a) Legislativo(a)**, em 19/12/2019, às 12:45, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente n° 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal n° 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 Código Verificador: **0026800** Código CRC: **B97B8623**.



	RECURSO DE TODAS AS FONTES			FONTE CATEGORIA ECONÔMICA	2.416.000		TOTAL 2.416.000							
	RECEITA	A E DESENVOLVIMENTO		ESFERA DESDOBRAMENTO ORÇAMENTÂRIA		2.416.000)T							
Cancelamento do Orcamento de Dispêndio	ANEXO À LEI № 00000	SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO	20203 BIOTIC S/A	ESPECIFICAÇÃO	10000000 Aluguéis e Arrendamentos - Principal 13000000 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	13100000 Aluguéis e Arrendamentos - Principal 13100111 Aluguéis e Arrendamentos -								



ACRÉSCIMO DE RECEITA POR SUPERÁVIT FINANCEIRO ANEXO à LEI nº	REC	RECEITA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES
01. CÂMARA LEGISLATIVO DO DISTRITO FEDERAL. 01.901. FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - FASCAL.	DERAL - FASCAL			24
ESPECIFICAÇÃO	ESFERA ORÇAMENTÁRIA	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
10000000 Receitas Correntes Receitas Correntes				3.725.350
12000000 Contribuições	SEGURIDADE SOCIAL		2.251.323	
12160000 Contribuição para Fundos de Assistência Médica	SEGURIDADE SOCIAL		2.251.323	181
12160311 Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Servidores Civis		2.251.323		
13000000 Receita Patrimonial	SEGURIDADE SOCIAL		1.474.027	
13200000 Valores Mobiliários	SEGURIDADE SOCIAL		1.474.027	
13210011 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal		1.474.027		
			TOTAL	2 776 260
			TOTAL	3.725.350 3.725.350



XO 3 I FI DE	Cito	, and	1251	DECLIDED OF TODAS AS EQUITES
בירייס פי רבייי	NEW	KECELLA		אברטייס הב המסי אם המסיים איני
01. CÂMARA LEGISLATIVO DO DISTRITO FEDERAL 01.901 FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - FASCAL	ERAL - FASCAL			
ESPECIFICAÇÃO 0	ESFERA ORÇAMENTÁRIA	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
10000000 Receitas Correntes Receitas Correntes				2.524.651
12000000 Contribuições	SEGURIDADE SOCIAL		2.524.651	
12160000 Contribuição para Fundos de Assistência Médica	SEGURIDADE SOCIAL		2.524.651	
12160311 Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Servidores Civis		2.524.651		
			TOTAL FISCAL	2.524.651



ANEXO III				RS 1,00
SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTO INVESTIMENTO				
ANEXO À LEI Nº 00000		RECEITA	RECURSO DE	RECURSO DE TODAS AS FONTES
20 SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMÍA E DESENVOLVIMENTO	AIA E DESENVOLVIMENT	0.		
20203 BIOTIC S/A				
ESPECIFICAÇÃO	ESFERA ORÇAMENTÁRIA	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORÍA ECONÔMICA
10000000 Aluguéis e Arrendamentos - Principal				2,416.000
13000000 Aluguéis e Arrendamentos - Principal			2.416.000	
13100000 Aluguéis e Arrendamentos - Principal				
13100111 Aluguéis e Arrendamentos - Principal		2.416.000		
20000000 Outras Transferências de Convênios da União - Prin				1.560.000
24000000 Outras Transferências de Convênios da União - Prin			1.560.000	
24100000 Outras Transferências de Convênios da União - Prin				
24181091 Outras Transferências de Convênios da União - Prin		1.560.000		
			TOTAL	3.976.000



W 8 8	O1 CÂMARA LEGISLATIVO DO DISTRITO FEDERAL O1.901 FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERA ESPECIFICAÇÃO	NECELLA			RECURSOS DE TODAS AS FONTES
ESFERA DESDOBRAMENTO FONTE ORÇAMENTARIA SEGURIDADE SOCIAL SEGURIDADE SOCIAL 3.415.000 stência Médica - Servidores Civis 3.415.000 TOTAL		RAL - FASCAL.	190	æ	
SEGURIDADE SOCIAL 3.415.000 Stência Médica - Servidores Civis 3.415.000 TOTAL	OKC		DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
SEGURIDADE SOCIAL SEGURIDADE SOCIAL 3.415.000 3.415.000 3.415.000 TOTAL	10000000 Receitas Correntes Receitas Correntes				3.415.000
3.415.000 a - Servidores Civis 3.415.000		SEGURIDADE SOCIAL		3.415.000	
Servidores Civis 3.415.000		SEGURIDADE SOCIAL	1.6	3.415.000	
TOTAL	12160311 Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Servidores Civis				
				TOTAL FISCAL	3.415.000 3.415.000



CRÉDITO ESPECIAL ANULAÇÃO - DISPÉNDIO com receita ANEXO À LEI N° ORGÃO : 20000 SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMÍA E DESERVOLVIMENTO SUSTENTÂVEL DO DISTRITO FEDERAL UNIDADE : 20000 SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMÍA E DESERVOLVIMENTO SUSTENTÂVEL DO DISTRITO FEDERAL UNIDADE : 20000 SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMÍA E DESERVOLVIMENTO SUSTENTÂVEL DO DISTRITO CORCAMENTO DE INVESTIMENTO							
CANCELAMENTO MA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO DISTRUTO FEDERAL RA E G M U F RROGRAMANAÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO R F S N O S T G F D D O S E	EDITO ESPECIAL ANULAÇÃO - DISPENDIO com receita						
20000 SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÂVEL DO DISTINTO FEDERAL. 20203 BIOTIC SIA. TO DE INVESTIMENTO E DISPÊNDIO PROGRAMANAÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO PROGRAMÁTICA PRO	EXO À LEI N°	CANCELAMENTO					
IENTO DE INVESTIMENTO E DISPÉNDIO PROGRAMAJAÇÃOISUBITITULOPRODUTO R E G M U F F B G M C S T C C C C C C C C C C C C C C C C C		ENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO DISTRITO FEDERAL					
PROGRAMATICA PROGRAMAAÇÃOISUBTÍTULOPRODUTO E S N O S T G F D D O S E	IDADE: 20203 BIOTIC S/A				*		*1
PROGRAMÁTICA PROGRAMAAÇÃOISUBTÍTULOPRODUTO R E G M U F G F D D D D E	ÇAMENTO DE INVESTIMENTO E DISPÊNDIO						
	PROGRAMÁTICA		ac au O	-			DOTAÇÃO
		PROJETOS					
PROJETOS	8961 1968	108			-		2,416.00
ELABORAÇÃO DE PROJETOS	6001 1968 0029	TOS-DISTRITO FEDERAL	8		_		
6601 1968 ELABORAÇÃO DE PROJETOS 6001 1968 ELABORAÇÃO DE PROJETOS - DISTRITO FEDERAL	PROJETO ELABORADO (U	UNIDADE) 0			_		
6601 1966 ELABORAÇÃO DE PROJETOS 6001 1968 ELABORAÇÃO DE PROJETOS-DISTRITO FEDERAL. PROJETO ELABORADO (UNIDADE) 0				Ω	3	-	2,416,00
6001 1968 ELABORAÇÃO DE PROJETOS 99 6001 1968 ELABORAÇÃO DE PROJETOS—DISTRITO FEDERAL 99 PROJETO ELABORADO (UNIDADE) 0 1	TAL - DISPÊNDIO						2,416.00
SAGO 1966 ELABORAÇÃO DE PROJETOS SAGO 1966 ELABORAÇÃO DE PROJETOS SAGO 1966 SELABORAÇÃO DE PROJETOS — DISTRITO FEDERAL SAGO 1966 SAGO	TOTAL - GERAL						2,416,000



1010 CORMAN LIGISALIVA DO DETRITO TREBALA. PROCEAVAMA LIGISALIVA DE CONTRIBUTO TREBALA. PROCEAVAMA DE CONTRIBUTO TREBALATIVA DE CONTRIBUTO DE CON	ANEXO A LEI N				CANCELAMENTO							
PROGRAMA PRANCESSALTIVA DO DESTRIPO PERDIAL PROGRAMA PRANCESSALTIVA DO DESTRIPO PERDIAL PROGRAMA PRANCESSALTIVA DESTRUAR PROGRAMA PROGRAM PROG	ORGÃO: 0	1.000 C	WANTA LEG	ISLATIVA DO	DISTRITO FEDERAL.			ŀ				
PROGRAMA FINAL OFFICEAL EN SEGUENCIA PROCESSAVIA CASSUSTITULO PROBETO		11.101 C	WARA LEG	SEATIVA DO	DISTRITO FEDERAL.							
PROCRAMATICAL PROCRAMAACIOSUSTITULOFRODUTO PROCRAMAACIOSUSTITULOFRODUTO PROCRAMAACIOSUSTITULOFRODUTO PROCRAMAACIOSUSTITULOFRODUTO PROCRAMAACIOSUSTITULOFRODUTO PROCRAMAACIOS PROCRAMACIOS PR	CAMENTO FI	SCAL E	A SEGURIC	NODE SOCIAL								
	SC.	25	OGRAMÁTI	ICA	PROGRAMAAGÃOISUBTÍTULOPROBUTO	REG	ESF		ODELEM	nso	FIE	DOTAÇÃO
Second	1000	- ič	OGRAMA P.	ARA OPERAÇ	SPECIAL PROGRAMA MAN OFEMÇÃO ESFECIAL. OPEMÇÃO	7		-	-	-	-	
	6 6		1000	9041 00	CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÍNIA. O) ICONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÍNIA. CLIP-DISTRITO FEDERAL.	8	á	-	1606		8	3,000,000
SESTION SESSION PRESAMECHIEPTOS. BPORTALACIDES E RESTITUTIONS SESTITUTION SESSION SE	1000	E.	OGRAMA P	ARA OFERAÇ	AO ESPECIAL PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL. OPERAÇÃO ESPECIAL.							
603 2354 CONSERVAÇÃO DA STRUMUNIONIO PÓBLICO 100	28 28 2003		9091 0001 STÃO, MAN	9050 00 9050 00 9UTENÇÃO E	RESSARCINENTOS, ENDENTZĄCIOS E RESTITUIÇOES KIG (RESSARCINENTOS, ENDENTZĄCIOS E RESTITUIÇOES-CÂMMBA LEGISLATIVA SERVIÇOS AO ESTADO-GESTÃO PÜBLICA	8	14.		86.93	0	8	1.700,000
CONSERVAÇÃO DO PATRAMÓNIO PÚBLICO. 2196 CONSERVAÇÃO DO PATRAMÓNIO PÚBLICO. 200 2196 2194 2196	10 000		6003 6003 STÅO, MAN	2396 53 2396 53 7UTENÇÃO E	CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO PÚBLICO PICONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FISICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS—DISTRITO FEDERAL SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA.	8	ta.	-	9030	•		300,000
6003 2396 SONOSERVAÇÃO DO PATRAMÓNIO PÚBLICO. 100					ATIVIDADE	Ì	Ī	Ì	Ì	-	1	
600 3414 COST PARTICIPAÇÃO DA CÁMARA LIGISLATIVA EM INSTITUIÇÕES 600 3414 COST PARTICIPAÇÃO DA CÁMARA LIGISLATIVA EM INSTITUIÇÕES LIGADAS ÀS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO. F 7 70.39 0 100 3.1	10 00g		6003 6003 STÃO, MAN	23% 53 33% 53 37ENÇÃO E	CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO SERVIÇÃO DAS ESTRUTURAS PÍSICAS DE EDPERCAÇÕES PÚBLICAS—DISTRITO PEDERAL SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA ATVIDADE	8	14.	-	90.39		81	400.000
600 3141 ASTRICTAÇÃO DA CÂMARA LEGISATIVA DAI INSTITUÇÕES LOGADES LEGISATIVO. 99 F 3 90.39 0 100						-				-	l	
SECTION SECT	6 0	100	6003		PARTICIPAÇÃO DA CÁMARA, LEGISLATIVA BAI NSTITUIÇÕES DI PARTICIPAÇÃO DA CÁMARA LEGISLATIVA DA INSTITUIÇÕES LIGADAS ÁS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO-	8	te.	•	9039	٥	8	30.000
FUBLICIDADE E PROPAGANDA FUBLICIDADE E PROPAGANDA FOR THE CONTROL FOR THE CO	6003	Ö	STÃO, MAN	AUTENÇÃO E								
603 8595 STORE PROPAGANEA ATTVIDADE 603 8595 STORE PUBLICIDADE E PROPAGANDA. 604 8595 STORE PUBLICIDADE E PROPAGANDA. 605 8595 STORE PUBLICIDADE E PROPAGANDA. 606 8595 STORE PUBLICIDADE E PROPAGANDA. 607 8595 STORE PUBLICIDADE E PROPAGANDA. 608 8595 STORE PUBLICIDADE E PROPAGANDA. 609 8595 STORE PUBLICIDADE E PROPAGANDA. 6	80 8		6003 6003 8750 MAY	8505 8505 00	FUBLICIDADE E PROPAGANDA. 13 il JUDILICADE E PROPAGANDA. 20 servora. An Pertano, cuenta do primi da.	8	14.	-	90.39			3200.000
FUBLICIDADE E PROPAGANDA FUBLICIDADE	-		200	The state of the s								
HEAVOLNE SEASTAND SEA	80		6003	8505 00	PUBLICIDADE E PROPAGANDA 1) IPUBLICIDADE E PROPAGANDA 1) IPUBLIC	8	š		90.39			6.000.000
660) 8565 BYON PUBLICIDADE E PROPAGANDA THINGTONAMENTO DA RÁDIO LEGISLATIVA. 999 F. ' 3 90.39 0 100 100 100 100 100 100 100 100 100	0000		SIAU, MAG	o contraction		П	П	П				
	9.0	100	6003		FUBLICIADE E PROPAGANDA POPILICIADE E PROPAGANDATURCIONAMENTO DA RÁDIO LEGISLATIVA-	8	94.		9039	•	8	100.000
	TAI . FISCA!											14.650.000
The state of the s	TAL - SEGUR	TOADE					l					0



ORGAGE 01.00 C. UNIDADE 01.101 C. ORCAMENTO FISCAL EI									
m ION			CANCELAMENTO	01					
ENTO FISCALE	AMARA LEGISL	ATIVA DO	01.000 CÁMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO PEDERAL.						
ENTO FISCAL E	ÁMARA LEGISL	ATIVA DO	01.101 CÁMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO PEDERAL.						
-	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	E SOCIAL							
T.	PROGRAMATICA		PROGRAMMAÇÃOISUBTÍTULOIPRODUTO	REG E	ESF - GND	D MODVELEN	EM USO	FIE	DOTAÇÃO
	TIME OF THE	a of the	ALAM TECHNICA E ESSUANCE LA ESTANA PREFE, ANÍMEIVA	-			_		
	ESTAN, MARIO	- CONTROL	ATIVIDADE ALGORITANO FUBBLICAN ATIVIDADE		Н				
2 to 0 to	6003 2619		ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA. 9711 ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA.	8		90.39	0	90	150.000
1 5009	ESTÃO, MANUT	ENCÃOE	GESTÂO, MANUTENCÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	-	-	-	-	-	
			ATIVIDADE						
01 122 01 122 6003	6003 8517 6003 8517 ESTÃO, MANUTEN	17 006 ENÇÃO E	6601 BST MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS 6001 SET O OSOS HANDETURÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CÁMARA LEGISLATIVA- GESTÃO, AMANUTENÇÃO SESTÂÇOS AD SETATADO, GESTÃO PÍBLICA.	- 6	F 3	8 11.08	-	8	100.000
				-		-	-		
01 122 01 122 6003 G	6003 8517 6003 8517 ESTÃO, MANUTER	17 006 ENÇÃO E	6601 8517 MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS CERAIS 6701 SET 7 0008 MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS CERAIS-CÂNARA LEGISLATIVA- ESPRIÇOS AD ESTRATOS CESTÃO PÍTULEZ.		- 3	90.33		81	100.000
			ATIVIDADE						
01 122 01 123 0000	6003 RS17 6003 RS17 ESTÃO, MANUTEN	17 006 ENÇÃO E	6601 8517 MANUTENCÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATUOS CEAJIS 6001 SEL TO GOS ILAMINISTAÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATUOS CEAÇÃO ADMINISTRATURA CEAÇÃO ADMINISTRATURA CEAÇÃO ADMINISTRATURA CEAÇÃO ADMINISTRATURA DE SERVIÇOS AD CESTA		- 1	90.35		8	100.000
1			ATIVIDADE	ŀ	ŀ	ŀ	ŀ	ŀ	
01 122	6003 8517 6003 8517 ESTÃO, MANUTER	17 006 ENÇÃO E 3	600 8517 MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS 600 8517 0005 MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CÁMARA LEGISLATIVA- 0GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO GESTADO - GESTÃO PÚBLICA ATIVIDADE ATIVIDADE		m 	9039	-	8	1,000,000
					_				
01 122 020 1009	6003 8517 6003 8517 ESTÃO, MANUTER	17 006 ENÇÃO E 3	odo) 1517 OKOSÍ JANATUTSKÁJO BE SEVUÇOS ADBIDISTATÍVOS GERAIS. 600) 1517 OKOSÍ JANATUTSKÁJO DE SERVUÇOS ADBIDISTATÍVOS GERAIS-ČÁMARA LEGISLATIVA- GESTÂO, MANUTERÇÃO E SERVUÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA:	-	-	90.52	•	8	1,300,000
			ATIVIDADE	-	ŀ	ŀ	-		
01 126 021 10 000 126	6003 2557 6003 2557 ESTÃO, MANUTE	57 262 57 262 ENÇÃO E S	603 1557 GESTÁO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TI 603 1573 AGAI GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TICAGLOGIA DA INFORMAÇÃO-CLDF ESTÂNÇÃO SERVIÇÃOS AO ESTÂNDO-CIGENÃO PÍTILACA.		F 3	9030	-	81	900 000
			ATIVIDADE	ŀ	ŀ	-	-		
01 126	6003 2557 6003 2557		GESTÁO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTIZMAS DE TI 2627] GESTÁO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTIZMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-CLDF			90.39	-	8	200 000
TOTAL - FISCAL									3,750,000
TOTAL - SEGURIDADE									0



ORGÁO. 01.00 CÁMMA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. UNEDADE 01.01 CÁMMA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL	CANCELAMENTO							
						1		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL								
FING PROGRAMATICA PROGRAMAAÇÃOISUBITITULOIPRODUTO		REG	ESF	GND	MODIELEM	OSO	FIE	ροτλέλο
6003 GESTÃO, MANUTENCÃO E SERVICOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA		_				-	-8	
IXIIY	ATIVIDADE							
128 6001 4188 CAPACTIAÇÃO BE SERVIDORES 6001 6	0	8		'n	9036	0	- 8	90700
	ATIVIDADE							
01 135 6603 4088 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES 02 134 600	0	8	ш	-	90.39	0	8	200.000
126 6603 1471 MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA, DE INFORMAÇÃO 131 6603 1471 0006 MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO CÁMBA LEGISLATIVA DO DISTUTIO FEDERAL 6003 GISTÂO, CÁRA CÓN CONTRACA	A LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL	8	4	—	90.52	0		700.000
PRO	PROJETO							
45 4603 1006 REFORMA E BEN'ETTORIAS NO EDIFICIO SEDE DA CLIPFO 15 45 4603 1004 1005	DF PLANO PILOTO.	- 5	i.	-	1506	•		1.630,000
IVITA	ATIVIDADE							
81 631 634 4192 DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE CAPT 01 031 6394 4192 000 DESENV. E IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE CAPTAÇÃO E TRATAMENTO DE INFORM. PELA GUVIDORIA DA CLUB	A DE CAFT DE TRATAMENTO DE INFORM. PELA QUVIDORIA DA		a.	-	90.39	0		20000



ANEXO ÁLEI NY ORGAGO: 0.1009 CÁMARA LEGISLATIVO DE DISTRITO FEDERAL. UNIDADE: 0.1001 FUNDO DE ANSISTENCIA À SAÚDE DA CÁMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. FASCAL UNIDADE: 0.1001 FUNDO DE ANSISTENCIA À SAÚDE DA CÁMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. FASCAL ORCAMBATO FISCAL E DA SEGUNDADE SOCAL. FUNC PROGRAMÁTICA PROGRAMÁTICA PROGRAMÁTICA PROGRAMÁTICA PROGRAMÁTICA PROGRAMÁTICA PROGRAMÁTICA PROGRAMÁTICA PROGRAMÁTICA SAÚDE DOS SERVIDORES DA CLIDF-FUNDO DE 99 \$ 5 70 70 10 302 6003 3042 MANUTENCÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES DA CLIDF-FUNDO DE 99 \$ 5 70 70 ASSISTÊNCIA Á SAÚDE DA CLIDF-DISTRITO FEDERAL. OTAL SECURIDADE PROGRAMÁTICA PR
AARA LEGISLATIVO DO DISTRITO FEDERAL. TOD DE ASSISTENCIA À SAÚDE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - FASCAL. GRAMÁTICA PROGRAMANCÃONSUBITITULOFRODUTO TÃO. MANUTENÇÃO DE STRADO. GESTÃO PÚBLICA TÃO. MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES DA CLIDF-FUNDO DE SOSI 2042 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES DA CLIDF-FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CLIDF - DISTRITO FEDERAL. 99 S 3 90.39 0 ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CLIDF - DISTRITO FEDERAL.
DO DE ASSISTÈNCIA À SAÚDE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - FASCAL DA SECURIDADE SOCIAL REG ESF GND MOD/ELEN USO RAMANITENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA TÂO. MANUTENÇÃO DE FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES DA CLDF-FUNDO DE S003 2042 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES DA CLDF-FUNDO DE S004 2042 SOUI MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DA CLDF DISTRITO FEDERAL. S005 2042 SOUI MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DA CLDF DISTRITO FEDERAL. S006 2042 SOUI MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DA CLDF DISTRITO FEDERAL. S007 2042 SOUI MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DA CLDF DISTRITO FEDERAL. S008 2042 SOUI MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DA CLDF DISTRITO FEDERAL. S009 2042 SOUI MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DA CLDF DISTRITO FEDERAL. S009 2042 SOUI MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DA CLDF DISTRITO FEDERAL. S009 2042 SOUI MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DA CLDF DISTRITO FEDERAL. S009 2042 SOUI MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DA CLDF DISTRITO FEDERAL. S009 2042 SOUI MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DA CLDF DISTRITO FEDERAL. S009 2042 SOUI MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DA CLDF DISTRITO FEDERAL. S009 2042 SOUI MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DA CLDF DISTRITO FEDERAL. S009 2042 SOUI MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DA CLDF DISTRITO FEDERAL. S009 2042 SOUI MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DA CLDF DISTRITO FEDERAL.
PASSECURIDADE SOCIAL. FROGRAMATICA PROGRAMAACÃOISUBTÍTULOIPRODUTO TÂO. MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES DA CLDF S003 2042 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES DA CLDF-FUNDO DE SOCIAL POR SOCIAL POR SERVIDORES DA CLDF-FUNDO DE SOCIAL POR SERVIDORES DA CLDF-FUNDO DE SOCIAL POR SOCIAL POR SERVIDORES DA CLDF-FUNDO DE SOCIAL POR SERVIDORES DA CLDF-FUNDO DE SOCIAL POR SERVIDORES DA CLDF-FUNDO DE SOCIAL POR SOCIAL POR SERVIDORES DA CLDF-FUNDO DE SOCIAL POR SERVIDORES
GRAMÁTICA PROGRAMAAÇÃOISUBTÍTULOPRODUTO TÃO. MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA S003 2042 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES DA CLDF-FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CLDF - DISTRITO FEDERAL ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CLDF - DISTRITO FEDERAL 99 S 3 3 90.39 0 0
TÂO. MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA S003 2042 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES DA CLDF-FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CLDF - DISTRITO FEDERAL ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CLDF - DISTRITO FEDERAL O S01 2042 S02 SERVIDOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DA CLDF-FUNDO DE S02 2042 S03 S04 SUDE DA CLDF - DISTRITO FEDERAL ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CLDF - DISTRITO FEDERAL O S03 2042 S04
5003 2042 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES DA CLDF-FUNDO DE SASISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES DA CLDF-FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DA CLDF- DISTRITO FEDERAL. 99 S 3 90.39 0 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1
ASSISTÊNCIA À SAÜDE DA CLDF - DISTRITO FEDERAL ASSISTÊNCIA À SAÜDE DA CLDF - DISTRITO FEDERAL 99 S 3 90.39 0 90.39 0
SCAL EGURIDADE ERAL



FERATIV FINANCEIRO E ASSISTÈNCIA À SAÚDE DA CÂMARA LEGISLAT GURIDADE SOCIAL IÁTICA RROGRAMAVAÇÃOISUBTITULO ZO42 2042 2042 ANNUTENÇÃO DO FUNDO DE AZ ZO42 ZO42 ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CUNDO DE AS ZO42 ZO42 ZO43		RS 1,00	SUPLEMENTACÃO	IVA DO DISTRITO FEDERAL - FASCAL		PRODUTO REG ESF GND MODFELEM USO FTE DOTAÇÃO	O PÚBLICA	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES DA CLDF	0001 NANUTENCAÓ DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES DA CLDF-FUNDO DE 89 S 1 90.39 0 1 300 2.224.651 ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CLDF - DISTRITO FEDERAL		24
	MARA MARA NDO DI SE STÃO, 1 6003			LEGISLATIVO DO DISTRITO FEDERAL E ASSISTÊNCIA À SAÜDE DA CÂMARA LEGISLATIVA	GURIDADE SOCIAL	IÁTICA PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO P				



CREDITO ESPECIAL CONVENIO PRYESTMENTO SUPLEMENTAÇÃO ANEXO Á LEI N° ORGÂNO: 20000 SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTBATIVO-PEDERAL SUPLEMENTAÇÃO REALIZACIONAL DE STADO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTBATIVO-PEDERAL PROGRAMANICA DE STADO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTBATIVO-PEDERAL PROGRAMANICA DE STADO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTBATIVO-PEDERAL PROGRAMANICA DE STADO DE ECONOMIA DE STADO DE REGULA COMPETITA DE ST	ANEXO VIII							RS 1,00
20000 SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E DESERVOLVIMENTO SUSTENTÀVEL DO DISTRITOFEDERAL 12000 SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E DESERVOLVIMENTO SUSTENTÀVEL DO DISTRITOFEDERAL PROGRAMÁTICA PROGRAMÁNICA PROGRA	TO ESPECIAL CONVÊNIO INVESTI:							
PROGRAMMAGÃOSUBITIULOPRODUTO ESSINO STE G M U ST T DOTAÇÃO FROJETOS NYAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO CAPITAL DIGITAL-IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO - 598THUTO FEDERAL TO IMPLANTADO (UNIDADE) 0 1 4 0 0 7	? E	ADO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO DISTRITO FEDERAL. Examo						
BRASILIA COMPETITIVA \$2507 \$532 IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO CAPITAL DIGITAL-IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO- \$2507 \$533 \$003 IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO CAPITAL DIGITAL-IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO- \$2507 \$533 \$003 IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO- \$2507 \$531 \$003 IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO- \$2507 \$532 \$003 IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO- \$2507 \$103 \$103 \$103 \$103 \$103 \$103 \$103 \$103	PROGRAMÁTICA		R E O	σzα	Non	DWO	μ ⊢ щ	DOTAÇÃO
6207 5533 IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO CAPITAL DIGITAL. 6207 5533 0003 IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO CAPITAL DIGITAL-IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO - 99 BIOTIC-DISTRITO FEDERAL. PROJETO IMPLANTADO (UNIDADE) 0 1 4 0 7								1560000
S832 IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO CAPITAL DIGITAL. S832 8003 IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO CAPITAL DIGITAL-IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO. PROJETO IMPLANTADO (UNIDADE) 0 1 4 0 7		PROJETOS						
0 0 7	6207 5832 6207 5832 0003	IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO CAPITAL DÍGITAL IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO CAPITAL DÍGITAL-IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO- BROTETO MAR LA TELNO LIGITAL RESERAL	86					1.560.000
IMENTO		FROISI UNIFICANT AND (UNIDADE) V	120	4	0	0	7	1,560,000
	L-INVESTIMENTO							1.560.000
	GERAL							1,560,000



ANEXO DX CRÉDITO SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARREDAÇÃO ANEXO À LEI Nº	SUPLEMENTAÇÃO	RS 1,00	
ORGÃO: 01.000 CÂMARA LEGISLATIVO DO DISTRITO FEDERAL. UNIDADE 01.901 FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAUDE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - FASCAL	DISTRITO FEDERAL - FASCAL		
FUNC FUNC PROGRAMÁTICA PROGRAMA/ACÃO/SUBITITULO/PROBUTO PROGRAMA/ACÃO/SUBITITULO/PROBUTO/SUBITITULO/PROBUTO/SUBITITULO/PROBUTO/SUBITITULO/PROBUTO/SUBITITULO/PROBUTO/SUBITITULO/PROBUTO/SUBITITULO/PROBUTO/SUBITITULO/PROBUTO/SUBITITULO/PROBUTO/SUBITITULO/PROBUTO/SUBITITULO/PROBUTO/SUBITITULO/PROBUTO/SUBITITULO/PROBUTO/SUBITITULO/PROBUTO/SUBITIT	01	REG ESF GND MOD/ELEM USO FTE DOTAÇÃO	
10 302 6003 2042 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CLDF - DISTRÊNCIA À SAÚDE DA CLDF	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES DA CLDF MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES DA CLDF ASSISTÊNCIA Á SAÚDE DA CLDF - DISTRITO FEDERAL	3415,000	×
TOTAL - SECURIDADE TOTAL - GERAL		3,415,000	



OKONO:	20000 SECRETARIA DE	20000 SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMÍA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO DISTRITO FEDERAL						
IDADE: 2 ÇAMENT(UNIDADE : 20203 BIOTIC S/A ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO E DISPÊNDIO	DISPÉNDIO						
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAAÇÃOISUBTÍTULOPRODUTO R E E G G	M M M	OZO	MOD	280	u. ⊢ w	ротаçãо
6207	BRASILIA COMPETITIVA	TIVA						2416000
		PROJETOS						
19 572 61	6207 5832 6207 5832 0003	IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO CAPITAL DIGITAL. IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO CAPITAL DIGITAL-IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO - 99 BIOTIC-DISTRITO PEDERAL.	2					2.416.000
				4	0	۰	-	2,416,000
TAL - INV	TOTAL - INVESTIMENTO							2.416.000
TOTAL - GERAL	RAL							2,416,000



*		The control of the
---	--	---



PROJETO DE LEI Nº 747, DE 2019

REDAÇÃO FINAL

Altera a Lei nº 4.242, de 10 de novembro de 2008, que concede isenção de imposto às operações que especifica e dá outras providências.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 4.242, de 10 de novembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos até 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2020.

Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2019.

MANOEL ÁLVARO DA COSTA Secretário Legislativo



Documento assinado eletronicamente por MANOEL ALVARO DA COSTA - Matr. **15030**, **Secretário(a) Legislativo(a)**, em 19/12/2019, às 12:45, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente n° 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal n° 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 Código Verificador: 0026802 Código CRC: DE9F04A9.



PROJETO DE LEI Nº 753, DE 2019

REDAÇÃO FINAL

Estabelece a pauta de valores venais de terrenos e edificações do Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana — IPTU para o exercício de 2020 e dá outras providências.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

- **Art. 1º** O lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana IPTU para o exercício de 2020 tem por base os valores venais dos terrenos e edificações previstos nos Anexos I e II.
 - Art. 2º Os valores do Anexo II aplicam-se, exclusivamente, ao imóvel que:
 - I não conste do Anexo I;
 - II ainda que conste do Anexo I:
- a) tenha, até a data do fato gerador, tido alteração na destinação ou na natureza da sua utilização consideradas no lançamento do IPTU do exercício de 2019;
- b) tenha sido objeto de regularização fundiária urbana no exercício de 2019 e que, até a data da regularização, não possuísse matrícula no cartório de registro de imóveis;
- c) tenha sido comercializado pela Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal Terracap no exercício de 2019.

Parágrafo único. Os valores referentes ao terreno e ao metro quadrado construído do imóvel para o exercício de 2020 constantes do Anexo I correspondem aos valores relativos ao exercício de 2019 atualizados pelo índice de 3,28%.

- **Art. 3º** Para lançamento do IPTU, relativamente ao exercício de 2020, dos imóveis oriundos de desmembramento que não constem do Anexo I, são utilizados os valores:
 - I do imóvel que foi desmembrado constantes do Anexo I;
 - II do Anexo II, caso o imóvel que foi desmembrado não conste do Anexo I.

Parágrafo único. Ainda que o imóvel que foi desmembrado conste do Anexo I, devem ser utilizados os valores constantes do Anexo II nos casos de que trata o art. 2º, II.

- **Art. 4º** Para fins de cobrança do IPTU, também são consideradas imóveis urbanos todas as áreas não registradas nos cartórios de registro de imóveis destinadas ao uso residencial ou comercial ou utilizadas como residência ou comércio.
- **Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2020.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2019.

MANOEL ÁLVARO DA COSTA Secretário Legislativo



Documento assinado eletronicamente por **MANOEL ALVARO DA COSTA - Matr. 15030**, **Secretário(a) Legislativo(a)**, em 19/12/2019, às 12:45, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente n° 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal n° 214, de 14 de outubro de 2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



Código Verificador: 0026804 Código CRC: EAC680ED.



PROJETO DE LEI Nº 754, DE 2019

REDAÇÃO FINAL

Estabelece a pauta de valores venais dos veículos automotores registrados e licenciados no Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores — IPVA para o exercício de 2020.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

- **Art. 1º** Fica estabelecida, para o exercício de 2020, na forma do Anexo Único, a pauta de valores venais dos veículos automotores registrados e licenciados no Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores IPVA.
- \S 1º Os valores constantes da pauta de que trata este artigo não serão atualizados monetariamente até a data do lançamento do imposto.
- § 2º O disposto no art. 2º, § 6º, da Lei federal nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985, é atendido com a publicação de ato do subsecretário da receita, no **Diário Oficial do Distrito Federal**, que contemple somente os itens incluídos ou alterados na pauta de que trata o **caput**.
- **Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2020.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2019.

MANOEL ÁLVARO DA COSTA Secretário Legislativo



Documento assinado eletronicamente por **MANOEL ALVARO DA COSTA - Matr. 15030, Secretário(a) Legislativo(a)**, em 19/12/2019, às 12:45, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente n° 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal n° 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador externo.php?acao=documento conferir&id orgao acesso externo=0 Código Verificador: **0026805** Código CRC: **D7FC6A32**.

EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO



PROJETO DE LEI Nº 788, DE 2019

REDAÇÃO FINAL

Institui o Plano Distrital de Saneamento Básico — PDSB e dá outras providências.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º Fica instituído o Plano Distrital de Saneamento Básico do Distrito Federal – PDSB, na forma desta Lei.

Parágrafo único. Considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

- I abastecimento de água;
- II esgotamento sanitário;
- III limpeza urbana e manejo de resíduos sólido;
- IV drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.
- **Art. 2º** O PDSB tem como objetivo principal dotar o Distrito Federal de instrumentos e mecanismos que permitam a implantação de ações articuladas, duradouras e eficientes, que possam garantir a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico com qualidade, equidade e continuidade.
 - Art. 3º O PDSB obedece às seguintes diretrizes básicas:
- I garantia de níveis crescentes de salubridade ambiental por meio de abastecimento de água potável, coleta e disposição sanitária de resíduos líquidos, sólidos e gasosos, promoção da disciplina sanitária do uso e ocupação do solo, drenagem urbana e controle de vetores de doenças transmissíveis;
- ${
 m II}$ implantação de sistema de gerenciamento de recursos hídricos com a participação da sociedade civil;
 - III proteção de bacias e microbacias utilizadas para abastecimento de água à população;
- IV implantação de sistemas para garantir a saúde pública quando de acidentes climatológicos e epidemiológicos;
- V incentivo às organizações públicas e privadas dedicadas ao desenvolvimento científico, tecnológico e gerencial na área do saneamento;
- VI articulação entre instituições, na área de saneamento, em integração com as demais ações de saúde pública, meio ambiente, recursos hídricos e desenvolvimento urbano e rural;
- VII implementação de programa sobre materiais recicláveis e biodegradáveis, para viabilizar a coleta seletiva de lixo urbano.

Parágrafo único. O plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual devem garantir o atendimento às necessidades sociais na distribuição dos recursos para aplicação em projetos de saneamento pelos agentes financeiros oficiais de fomento.

- **Art. 4º** O Conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal Consab deve acompanhar a implementação do PDSB, avaliando os relatórios sobre a prestação dos serviços e a sua integração com os planos territorial, ambiental e de recursos hídricos, propondo providências para o cumprimento de suas metas.
- **Art. 5º** São elementos do PDSB a serem detalhados por ato do governador por categoria de serviço:
 - I diagnóstico situacional;
 - II prognóstico, condicionantes, diretrizes, objetivos e metas;
 - III programas, projetos e ações;



IV - ações para emergências e contingências;

 V – mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações programadas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2019.

MANOEL ÁLVARO DA COSTA Secretário Legislativo



Documento assinado eletronicamente por **MANOEL ALVARO DA COSTA - Matr. 15030, Secretário(a) Legislativo(a)**, em 19/12/2019, às 12:45, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente n° 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal n° 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 Código Verificador: **0026782** Código CRC: **C9CC18B2**.

PROJETO DE LEI Nº 794, DE 2019

REDAÇÃO FINAL

Altera a Lei nº 6.216, de 17 de agosto de 2018, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2019 e dá outras providências.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º Fica alterado na Lei nº 6.216, de 17 de agosto de 2018, o anexo IV – Despesas de Pessoal Autorizadas a Sofrerem Acréscimos, na forma do anexo único desta Lei.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2019.

MANOEL ÁLVARO DA COSTA Secretário Legislativo



Documento assinado eletronicamente por **MANOEL ALVARO DA COSTA - Matr. 15030, Secretário(a) Legislativo(a)**, em 19/12/2019, às 12:45, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Código Verificador: 0026807 Código CRC: D00D852B.



Anexo I, que altera o Anexo IV da Lei nº 6.216, de 17 de agosto de 2018

ANEKO IV

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÂRIAS 2029
DESPESAS DE PESSOAL AUTORIZADAS A SOFREREM ACRÉSCIMOS
(PLDO, Art. 41)

AUTORIZAÇÕES ESPECÍFICAS DE QUE TRATA O ART. 41 DO PLDO PARA 2020, CONSOANTE O DISPOSTO NO ART. 169, § 19, 11, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.
A realização das medidas constantes deste Anexo fica condicionada à observância dos limites para cada um dos poderes, na forma do art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, apurados no exercício de 2020

DISCRIMINACÃO	PROVIMENTO		VALOR DAS DES	VALOR DAS DESPESAS TOTAIS AUTORIZADAS A SOFREREM ACRÉSCIMOS, NO PERÍODO (1)	JTORIZADAS A PERÍODO (13)
OVÁCNIMINACIO	CARGOS EFETIVOS	QUANT.	2019	2020	2021
	II. ALTERAÇÃO DE ESTRUTURA DE CARREIRAS E AUMENTO DE REMUNERAÇÃO	0			
2. PODER EXECUTIVO			2.082.756.682	2.742.184.332	2.799.874.750
2.1 - Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES			1.837.440	1.837.440	1.837.440
2.1.13 - Reestruturas de carreiras	Gratificação de Atividade de Preeptoria	006	1.837.440	1.837.440	1.837.440
2.14.1 - Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP			10.804.000	25.929.600	25.929.600
2.14.1 - Projeto de Lei nº 549/2019 (****)	implementação de Gratificação por Serviço Voluntário de Execução Penal, vinculado à Carreira Atividades Penitenciárias	ж.	10.804.000	25.929.600	25.929.600
TOTAL DO ITEM (II)		48.431	2.140.715.090	2.790.628.450	2.847.690.894
TOTAL GERAL		76.277	3.696.542.090	4.465.786.747	4.565.404.603
TOTAL PODER LEGISLATIVO		141	93.956.631	86.935.301	85.034.072
TOTAL PODER EXECUTIVO		76.136	3.602.585.459	4.378.851.446	4.480.370.531

(****) Projeto de Lei nº 549/2019, que Estabelece a jornada de trabalho dos servidores da Carreira de Atividades Penitenciárias, insituti Gratificação por Serviço Voluntário de Execução Penal, vinculado à Carreira de



PROJETO DE LEI Nº 814, DE 2019

REDAÇÃO FINAL

Institui o Cadastro Técnico Distrital de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama, cria a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA-DF e dá outras providências.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º Fica instituído o Cadastro Técnico Distrital de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais ou à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e da flora.

Parágrafo único. O Cadastro ora instituído passa a integrar o Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente, constituído pela Lei federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

- **Art. 2º** O Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal Brasília Ambiental, integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente Sisnama, nos termos do art. 6º da Lei federal nº 6.938, de 1981, administra o Cadastro instituído por esta Lei.
 - Art. 3º Na administração do Cadastro de que trata essa Lei, compete ao Brasília Ambiental:
 - I estabelecer os procedimentos de inscrição no Cadastro e os prazos legais de regularização;
- ${
 m II}$ manter atualizado o Cadastro e suprir o Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente;
- III articular-se com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
 IBAMA, para integração dos dados do cadastro de que trata esta Lei e do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais.
- **Art. 4º** As pessoas físicas ou jurídicas que exercem as atividades mencionadas no art. 1º desta Lei e descritas no Anexo VIII da Lei federal nº 6.938, de 1981, não inscritas no Cadastro Técnico Distrital de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais até o último dia útil do trimestre civil após a publicação desta Lei incorrem em infração administrativa ambiental, punível com multa conforme valores a seguir previstos:
 - I R\$135,00, se pessoa física;
 - II R\$404,00, se microempresa;
 - III R\$2.427,00, se empresa de pequeno porte;
 - IV R\$4.854,00, se empresa de médio porte;
 - V R\$24.268,00, se empresa de grande porte.
- \S 1º Compete ao Brasília Ambiental, que administra o Cadastro instituído por esta Lei, aplicar as sanções previstas no *caput*.
- § 2º Na hipótese de a pessoa física ou jurídica descrita no *caput* iniciar suas atividades após a publicação desta Lei, o prazo para a inscrição no Cadastro ora instituído é de 30 dias, a partir do registro público da atividade, nos termos da Lei federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.
 - Art. 5º Para os fins desta Lei, consideram-se:
- $\rm I-microempresas$ e empresas de pequeno porte: pessoas jurídicas que se enquadrem, respectivamente, nas descrições do art. 3º, $\rm I$ e $\rm II$, da $\rm Lei$ Complementar federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;



- II empresas de médio porte: pessoas jurídicas que tenham receita bruta anual superior a R\$4.800.000,00 e igual ou inferior a R\$12.000.000,00, de acordo com a Lei Complementar federal nº 123, de 2006, e a Lei federal nº 6.938, de 1981;
- $\rm III-empresas$ de grande porte: pessoas jurídicas que tenham receita bruta anual superior a R\$12.000.000,00, conforme a Lei federal n $^{\rm o}$ 6.938, de 1981.
- **Art. 6º** Fica instituída a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Distrito Federal TCFA-DF, cujo fato gerador é o exercício regular do poder de polícia conferido ao Brasília Ambiental, para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, conforme estabelece a Lei federal nº 6.938, de 1981.
- **Art. 7º** É sujeito passivo da TCFA-DF todo aquele que exerça as atividades constantes no Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 1981.
- **Art. 8º** A TCFA-DF é devida por estabelecimento e é equivalente a 60% do valor devido ao IBAMA pela TCFA, relativamente ao mesmo período, assim definido no art. 17-D da Lei federal nº 6.938, de 1981.
- § 1º O potencial de poluição PP e o grau de utilização GU de recursos naturais de cada uma das atividades sujeitas à fiscalização encontram-se definidos no Anexo VIII da Lei federal nº 6.938, de 1981.
- § 2º Os valores pagos a título de TCFA-DF constituem crédito para compensação com o valor devido ao IBAMA, a título de TCFA, até o limite de 60% e relativamente ao mesmo ano, nos termos do art. 17-P, da Lei federal nº 6.938, de 1981.
- \S 3º Caso o estabelecimento exerça mais de 1 atividade sujeita à fiscalização, paga a taxa relativamente a apenas 1 delas, pelo valor mais elevado.
- § 4º A TCFA-DF é devida no último dia útil de cada trimestre do ano civil, nos valores fixados no Anexo IX da Lei nº 6.938, de 1981, e seu recolhimento é efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente, por intermédio de documento próprio de arrecadação.
- **Art. 9º** O contribuinte da TCFA-DF é obrigado a entregar, até o dia 31 de março de cada ano, relatório das atividades exercidas no ano anterior, para o fim de controle e fiscalização, em modelo a ser definido por meio de instrução do Brasília Ambiental.
- **Parágrafo único.** A não apresentação do relatório previsto no **caput** sujeita o infrator a multa equivalente a 20% dos valores previstos no art. 4º, sem prejuízo da exigência da TCFA-DF.
- **Art. 10.** A TCFA-DF não recolhida nos prazos e nas condições estabelecidas nesta Lei é cobrada com os seguintes acréscimos:
- $\rm I-multa$ e juros de mora, na forma do art. $\rm 2^{o}$ da Lei Complementar no 435, de 27 de dezembro de 2001:
- ${
 m II}$ nos percentuais previstos na Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994, para cobrança do crédito inscrito em dívida ativa.
- **Parágrafo único.** Os débitos relativos à TCFA-DF podem ser parcelados de acordo com os critérios fixados na legislação tributária distrital, conforme dispuser o regulamento desta Lei.
 - Art. 11. São isentos do pagamento da TCFA-DF:
 - I os órgãos públicos e demais pessoas jurídicas de direito público interno;
 - II as entidades de assistência social sem fins lucrativos, assim reconhecidas pelo poder público;
 - III aqueles que praticam agricultura de subsistência;
 - IV as populações tradicionais.
- **Art. 12.** Os recursos arrecadados com a TCFA-DF são destinados a atividades de controle e fiscalização ambiental, por meio do Brasília Ambiental, conforme determina a Lei federal nº 6.938, de 1981.
 - Art. 13. Os valores recolhidos à União e ao Distrito Federal a qualquer outro título, tais como



taxas ou preços públicos de licenciamento e venda de produtos, não constituem crédito para compensação com a TCFA-DF.

- **Art. 14.** Os dispositivos ora previstos não alteram nem revogam outros que contenham exigências próprias para o exercício de atividades específicas, nem mesmo aqueles que necessitem de licença ou autorização ambiental a ser expedida por órgão competente.
- **Art. 15.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, observado, quanto aos seus efeitos, o disposto no art. 150, III, **b** e **c**, da Constituição Federal.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2019.

MANOEL ÁLVARO DA COSTA Secretário Legislativo



Documento assinado eletronicamente por **MANOEL ALVARO DA COSTA - Matr. 15030**, **Secretário(a) Legislativo(a)**, em 19/12/2019, às 12:45, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente n° 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal n° 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador externo.php?acao=documento conferir&id orgao acesso externo=0 Código Verificador: **0026809** Código CRC: **003F6310**.

PROJETO DE LEI Nº 852, DE 2019

REDAÇÃO FINAL

Dispõe sobre a criação de cargos em comissão e funções de confiança na estrutura dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

- **Art. 1º** Ficam criados, na estrutura dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, os cargos em comissão e as funções de confiança constantes do Anexo Único.
- **Art. 2º** Resolução do Tribunal de Contas disporá sobre lotação, atribuições e denominação dos cargos e funções de que trata esta Lei.
 - **Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
 - **Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2019.

MANOEL ÁLVARO DA COSTA Secretário Legislativo



Documento assinado eletronicamente por **MANOEL ALVARO DA COSTA - Matr. 15030**, **Secretário(a) Legislativo(a)**, em 19/12/2019, às 12:46, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente n° 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal n° 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador externo.php?acao=documento conferir&id orgao acesso externo=0 Código Verificador: **0026810** Código CRC: **338161F4**.





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL PRESIDÊNCIA Secretaria Legislativa



ANEXO ÚNICO

Cargo em Comissão	Símbolo/Nível	Quantidade
Assessor-Chefe	TC-CCG-5	01
Assessor	TC-CCA-4	02
Assessor	TC-CCA-3	01
Assessor	TC-CCA-2	01
Assessor	TC-CCA-1	12
Função de Confiança	Símbolo/Nível	Quantidade
Assistente-Técnico	FC-03	10
Assistente Administrativo	FC-02	03



REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 854, DE 2019

Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 33.542.867,00.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

- **Art. 1º** Fica aberto, nos termos dos art. 56 e 61 da Lei nº 6.216, de 17 de agosto de 2018, ao Orçamento Anual do Distrito Federal, para o exercício financeiro de 2019, Lei nº 6.254, de 09 de janeiro de 2019, crédito adicional no valor de R\$ 33.542.867,00 (trinta e três milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, oitocentos e sessenta e sete reais) com a seguinte composição:
- I crédito suplementar, no valor de R\$ 31.731.817,00 (trinta e um milhões, setecentos e trinta e um mil, oitocentos e dezessete reais) para atender às dotações orçamentárias indicadas nos Anexos IV e V;
- II crédito especial, no valor de R\$ 1.811.050,00 (um milhão, oitocentos e onze mil, e cinquenta reais) para atender às programações orçamentárias indicadas no Anexo VI.
 - **Art. 2º** O crédito adicional de que trata o art. 1º será financiado da seguinte forma:
- $\rm I-para$ atender às programações orçamentárias indicadas no Anexo IV, pelo excesso de arrecadação das fontes de recursos 123 Amortização de Financiamentos e 237 Multas Previstas na Legislação de Trânsito, nos termos do art. 43, §1º, II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme Anexo I;
- II para atender às programações orçamentárias indicadas no Anexo V, pela anulação de dotações orçamentárias, nos termos do artigo 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, conforme Anexo II;
- III para atender às programações orçamentárias indicadas no Anexo VI, pela anulação de dotação orçamentária, nos termos do artigo 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, conforme Anexo III
- **Art. 3º** Em função do disposto no art. 2º, I, as receitas do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal FUNDEFE e do Departamento de Estradas e Rodagens DER ficam acrescidas na forma do Anexo I.
 - Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões 12 de dezembro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **MANOEL ALVARO DA COSTA - Matr. 15030**, **Secretário(a) Legislativo(a)**, em 19/12/2019, às 18:50, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 Código Verificador: **0027371** Código CRC: **7501A533**.



DB T
RECURSO DE TODAS AS FONTES NTE CATEGORIA 11.760.741 11.760.741 11.760.741 11.760.741 11.760.741 11.760.741 11.760.741 11.760.741 11.760.741 11.760.741



	BII	AS DE		10000000 Multas Previstas em Legislação Específica - Princi		19000000 Multas Previstas em Legislação Específica - Princi		19100000 Multas Previstas em Legislação Específica - Princi	19100111 Multas Previstas em Legislação Específica - Princi		
	SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER	ESFERA ORÇAMENTÁRIA		FISCAL		FISCAL			FISCAL	
RECEITA			DESDOBRAMENTO						4.126.822	4.126.822	
RECURSO DI			FONTE			4.126.822	4.126.822				TOTAL
RECURSO DE TODAS AS FONTES			CATEGORIA ECONÔMICA	4.126.822	4.126.822						4.126.822



ÓRGÃO:	1								
DADE	ORGÃO: 16000 SECRETARIA DE ESTADO DECULTURA UNIDADE: 16101 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	ORGÃO: 16000 SECRETARIA DE ESTADO DECULTURA UNIDADE : 16101 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DO DISTRITO FEDERAL ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO E	R G E	FS	DZG	МОО	o s	т⊢п	DOTAÇÃO
6002	GESTÃO, MANUTEN	GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL							115000
		ATIVIDADES							
13 122	6002 8517	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS						_	500.000
13 122	6002 8517 9634	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL 9	66	Ħ	æ	06	0	100	500.000
13 126	6002 2557	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO							500.000
13 126	6002 2557 2625	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE CULTURA- DISTRITO FEDERAL.	66	-					
				ш	6	06	0	100	500.000
13 422	6002 2396	CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS							150.000
13 422	6002 2396 5284	(***) CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO - SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	66						
				tr.	4	06	0	100	150.000
6219	CAPITAL CULTURAL	٠							2353000
		ATIVIDADES							
13 392	6219 2478	MANUTENÇÃO DA ORQUESTRA SINFÔNICA DO TEATRO NACIONAL CLÁUDIO SANTORO				_			300.000
13 392	6219 2478 0002	MANUTENÇÃO DA ORQUESTRA SINFÔNICA DO TEATRO NACIONAL CLÁUDIO SANTORO-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	66						
				í.	3	06	0	100	300.000
13 392	6219 2803	REALIZAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE BRASÍLIA							400.000
13 392	6219 2803 0001	REALIZAÇÃO DO ANVERSÁRIO DE BRASÍLIA-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	66						
				(II)	3	06	0	100	400.000
13 392	6219 2810	EDUCA							200.000
13 392	6219 2810 0002	APOIO AO PROJETO CULTURA EDUCA-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	66						
13 392	6219 2815	APOIO AO CARNAVAL DE BRASÍLIA		Œ.	6	06	0	100	200.000
13 392	6219 2815 0001	SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	66						
				ш	3	90	0	100	150.000
13 392	6219 2844	IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CULTURA E CIDADANIA							300.000
13 392	6219 2844 0001	IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CULTURA E CIDADANIA-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	66						
								_	



RS 1,00 CANCELAMENTO CRÉDITO SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ANEXO À LEI N°

UNIDADE : 16101 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMÍA CRIATIVA DO DO DISTRITO FEDERAL

ÓRGÃO: 16000 SECRETARIA DE ESTADO DECULTURA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

200.000							APOIO FINANCEIRO AO MEMORIAL JK	6219 9112	13 392
							OPERAÇÕES ESPECIAIS		
200.000	100	0	90	3	F				
						66	IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA CULTURAL-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	6219 3718 0001	13 392
200.000							IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA CULTURAL	6219 3718	13 392
303.000	100	0	06	3	Ħ				
						66	APOIO À AÇÕES DE LIVRO, LEITURA E LITERATURA-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	6219 3308 0001	13 392
303.000							APOIO À AÇÕES DE LIVRO, LEITURA E LITERATURA	6219 3308	13 392
							PROJETOS		
300.000	100	0	06	3	Œ				
						66	IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO RAÍZES-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	6219 2845 0001	13 392
300.000							IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO RAÍZES	6219 2845	13 392
300.000	100	0	06	3	Ħ				
DOTAÇÃO	FFE	o S O	M O D	Q N D	ВS	R E G	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULOPRODUTO	PROGRAMÁTICA	FUNC.

APOIO FINANCEIRO AO MEMORIAL JK-SECRETARIA DE CULTURA- PLANO PILOTO . 6219 9112 0001 TOTAL - FISCAL TOTAL - GERAL 13 392

200.000

100

3.503.000

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio (EP) Emendas Parlamentares às Prioridades de PLDO

(EPE) Emendas Parlamentares na Execução



CANCELAMENTO CANCELAMENTO CANCELAMENTO CANCELAMENTO PROGRAMMAGÁOSUBITITULOPRODUTO RESERVOLVIMENTO SUSTENTÂVEL DO DISTRITO FEDERAL PROGRAMMAGÁOSUBITITULOPRODUTO RESERVOLVIMENTO PROGRAMMAGÁOSUBITITULOPRODUTO GG F D M U F DOTAÇÃO TOTOS VINCULADOS A INCENTIVOS CREDITÍCIOS VITOS VINCULADOS A INCENTIVOS CREDITÍCIOS FINANCIAMENTO ESPECTAL PARA PROMOÇÃO PROGRAMMAGÁOSUBITITULOPRODUTO OPERAÇÕES ESPECIAIS VITOS CONCEDIDO (UNIDADE) 0 F S 90 0 1100 F D 3 17 B 1 17 B 1 3 90 0 171 B 3 3	CRÉDITC	CRÉDITO SUPLEMENTAR - ANULACÃO DE DOTACÕES	O DE DOTACÕES					
20000 ECKETARIA DE ESTANDO DE ESCANOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTEMÍA DE DESTRITO FEDERAL 20000 ECKETARIA DE ESTANDO DE DESTRATO FEDERAL - ELNDETE PROGRAMMATICA	ANEXO,	, LEI N°						
R E G M U F DOTAÇÃO	ÓRGÃO:		SSTADO DE ECONOMÍA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO DISTRITO FEDERAL					
PROGRAMAAÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO	UNIDAD	3 : 20902 FUNDO DE DESENVC	DLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL - FUNDEFE					
PROGRAMÁTICA PROGRAMÍA CÁGISUBITILLO PRODUTO R E G M U F DOTAÇÃO	RÇAMI	NTO FISCAL E DA SEGURIDA	NDE SOCIAL.					
BRASILIA COMPETITIVA OPERAÇÕES ESPECIAIS 9061 FINANCIAMENTOS VINCULADOS A INCENTIVOS CREDITÍCIOS-FINANCIAMENTO ESPECIAL PARA PROMOÇÃO 9061 0018 FINANCIAMENTOS VINCULADOS A INCENTIVOS CREDITÍCIOS-FINANCIAMENTO ESPECIAL PARA PROMOÇÃO 9061 0018 FINANCIAMENTOS VINCULADOS A INCENTIVOS CREDITÍCIOS-FINANCIAMENTO ESPECIAL PARA PROMOÇÃO 100	JUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAAÇÃOISUBTÍTULOPRODUTO	R E R				
9061 PINANCIAMENTOS VINCULADOS A INCENTIVOS CREDITÍCIOS. 9061 PINANCIAMENTOS VINCULADOS A INCENTIVOS CREDITÍCIOS. 9061 0018 PINANCIAMENTOS VINCULADOS A INCENTIVOS CREDITÍCIOS-FINANCIAMENTO ESPECIAL PARA PROMOÇÃO 909 PINANCIAMENTO CONCEDIDO (UNIDADE) 0 P S 90 0 173 P S 90 0 173	6207	BRASÍLIA COMPETIT.	IVA				_	3957412
9061 PINANCIAMENTOS VINCULADOS A INCENTITICOS. PHONOCIAMENTOS VINCULADOS A INCENTITICOS. PHONOCIAMENTOS CONCEDIDO (UNIDADE). PINANCIAMENTO CONCEDIDO (UNIDADE). PINANCIAMENT			OPERAÇÕES ESPECIAIS					
9061 0018 FINANCIAMENTOS VINCULADOS A INCENTIVOS CREDITÍCIOS-FINANCIAMENTO ESPECIAL PARA PROMOÇÃO 99 FINANCIAMENTO CONCEDIDO (UNIDADE) 0 F	1 991	6207 9061	FINANCIAMENTOS VINCULADOS A INCENTIVOS CREDITÍCIOS					3.957.412
FINANCIAMENTO CONCEDIDO (UNIDADE) 0 F 5 90 0 100 F 5 90 0 123 F 5 90 0 171	4 661	6207 9061 0018	FINANCIAMENTOS VINCULADOS A INCENTIVOS CREDITÍCIOS-FINANCIAMENTO ESPECIAL PARA PROMOÇÃO INDÚSTRIAL - IDEAS INDÚSTRIAL-DISTRITO FEDERAL	66				
F 5 90 0 100 F 5 90 0 1123			FINANCIAMENTO CONCEDIDO (UNIDADE) 0					
F 5 90 0 123							00	1.858.135
F S 90 00 171							23	1.449.891
							11/	649.386
	OTAL-	FISCAL				-		3.957.412
	OTAL -	GERAL						3.957.412

PLOA (EPP) Emendas Parlamentares às Prioridades de PLDO (EPE) Emendas Parlamer



CANCELAMENTA R ANULA CÃO DE DOTAÇÕES CANCELAMENTO ESTADO DE INFRAJESTRUTURA E SERVIÇOS 22200 I COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP PROGRAMÁTICA PROGRAMÁTICA PROGRAMÁTICA PROGRAMÁTICA PROGRAMÁTICA PROGRAMÁ DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS - DISENVOLVIMENTO GESTÃO, MANUTENCÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS AO BETATO PEDERAL SOUR SERVICAS AO BETATO PEDERAL REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS - DISTRITO FEDERAL SOUR SOUR SOUR SOUR SOUR SOUR SOUR SOUR	ESTRUTURA E SERVIÇOS VA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP ROCRAMA/AÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO G F S N N U F DOTAÇÃO ROCAPITA DO BRASIL - NOVACAP ROCRAMA/AÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO ROCAPITA DO BRASIL - NOVACAP REDIOS E PRÓPRIOS - PRÓPRIOS PRÓPRIOS PRÓPRIOS PRÓPRIOS PRÉDIOS E PRÓPRIOS - DISTRITO FEDERAL SOPRIOS PROPRIOS - DISTRITO FEDERAL PRODUCEDA PROPRIOS PROPRIOS PROBUSOS PROPRIOS PROPRIO	ANEXO	=								RS 1,00
2200 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS 22201 COMPANHIA UBBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP PROGRAMÁTICA PROGRAMÁTICA PROGRAMÁTICA PROGRAMÁTICA GESTÃO, MANUTENCÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO PROBLETOS G001 3903 REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS PROFRAMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS - DISTRITO FEDERAL SCALL SANCIA SA	EIN	DITC	O SUPLEMENTAR - ANULAÇÃ								
ANOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP ANOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP RECORAMA AÇÃO SUBITITULO PRODUTO RECORAMA ACCURAÇÃO SUBITITULO PRODUTO PRODU	22000 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS 22000 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS RESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PROGRAMIA AÇÃO SUBTITULO PRODUTO RESTADA SECURIDADES SOCIAL. PROGRAMIA AÇÃO SUBTITULO PRODUTO RESTADA SECURIDADES SOCIAL. PROGRAMIA A DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS PROGRAMIA A DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS PROGRAMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS PROGRAMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	EXO /	ÀLEIN°	CANCELAMENTO							
COMPANHA URBANIZADORA DANOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP CALE DA SECURDADE SOCIAL COGRAMÁTICA GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMIENTO PROJETOS	A NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP R E G G M U F DOTAÇÃO PROGRAMA AÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO E S N O E F DOTAÇÃO COS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO PROLETOS A DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS F A 90 O 100 A DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS F A 90 O 100	3ÃO:		STADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS							
COS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO TO BE PRÉDIOS E PRÓPRIOS E PRÓPRI	R E G M U F DOTAÇÃO SUBTÍTULOPRODUTO	IDAD	E: 22201 COMPANHIA URBAN	IIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP							
PROGRAMÁTICA PROGRAMA AÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO R E G M U F DOTAÇÃO E E G M DOTAÇÃO E E E E E DOTAÇÃO E E E E E DOTAÇÃO E E E E DOTAÇÃO E E E E E E E E E	AMAÇÃO SUBITITLLO PRODUTO R E G M U F F DOTAÇÃO F DOTAÇÃO F DOTAÇÃO T	ÇAME	ENTO FISCAL E DA SEGURIDA	DESOCIAL							
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO PROJETOS PROJETOS	MTO FEDERAL. 99 F 4 90 0 100	Ċ.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E E	пSг	DZQ	Mod	o s o	F H B	DOTAÇÃO
PROJETOS 3903 REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS—DISTRITO FEDERAL. 99 F F 4 90 0 100	PROJETOS STO PEDERAL. 99 F 4 90 0 100	100	GESTÃO, MANUTENÇ	ÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO						_	556814
3903 REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS. 3903 9750 REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS—DISTRITO FEDERAL. 99 F 4 90 0 100	MTO FEDERAL. 99 F 4 90 0 100	ĺ		PROJETOS							
3903 9750 REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS—DISTRITO FEDERAL. P	### PEDERAL 99 100	122	6001 3903	REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS							556.814
F 4 90 0 100	F 4 90 0 100	122	6001 3903 9750	REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-DISTRITO FEDERAL	66						
						Ħ	4	06	0	100	556.814
		TAL-	· FISCAL		-						556.814
		TAL-	GERAL								556.814



CANCELAMENTO	On it does					F DOTAÇÃO E	419028		419.028		171 419.028	419.028	419.028
CANCELAMENTO CANCELAMENTO CANCELAMENTO FROGRAMAAÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO RECURSOS DE FUNDOS ECURSOS DE FUNDOS ECURSOS DE FUNDOS F 3 F 3											0		
CANCELAMENTO CANCELAMENTO CANCELAMENTO FROGRAMA/AÇÃO SUBITITULO PRODUTO ROGRAMA/AÇÃO SUBITITULO PRODUTO RECURSOS DE FUNDOS ATIVIDADES RECURSOS DE FUNDOS FUNDOS-FUNP DE DISTRITO FEDERAL 99												-	
CANCELAMENTO CANCELAMENTO WEDEAL - FDDF PROGRAMA/AÇÃOSUBITITLLOPRODUTO ATIVIDADES ECURSOS DE FUNDOS ECURSOS DE FUNDOS FU						ESF							
ANCA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL FEDERAL - PROF PROGRAMAAÇÃO SUBTÍTUL OPR ATIVIDADES ECURSOS DE PUNDOS ECURSOS DE PUNDOS-PUNPOF-DISTRITO PEDERAL. GOG DE PATITIONIO						RHD				66		-	
	ÃO DE DOTACÕES		24000 SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL	UNIDADE : 24908 FUNDO PENITENCIÁRI O DO DISTRITO FEDERAL - FPDF	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	PROGRAMAAÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	ATIVIDADES	GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS-FUNPDF-DISTRITO FEDERAL			
PIEMENTAR - ANUI 1 Nº 2400/0 SECRETARI 2400/0 SECRETARI 100/08 FUNDO PENITE PROGRAMÁTICA PROGRAMÁTICA DREITOS HUM 211 4220 AL	CRÉDITO SUP	ANEXO À LEI N°	ÓRGÃO:	VIDADE: 24	RÇAMENTO	FUNC.	6211		14 122 6211 4220	14 122 6211 4220 0023		TOTAL - FISCAL	TOTAL - GERAL



ANEXO À LEI Nº	°N IE	ANEXO À LEI N°							
ÓRGÃO:	26000 SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILI	SSTADO DE MOBILIDADE							
VDE:	UNIDADE : 26205 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	UNIDADE : 26265 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER OBÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL.							
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E G	E S E	υzΩ	M O U	D s O	F DO	DOTAÇÃO
1009	GESTÃO, MANUTENÇ	GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO							700000
		ATIVIDADES							
26 122	6001 8517	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS							700.000
26 122	6001 8517 0014	MANUTENCÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DER-DISTRITO FEDERAL. Unda de mantida (Unda de 3)	66						
				í.	3	06	0	237	000'009
26 122	6001 8517 9672	MANUTERCÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E SEGURANÇA DE PRÓPRIOS - DER-DE-DISTRITO FEDERAL UNDADE MANTIDA (UNDADE) 0	66						
				ī		06	0	237	100.000
6216	MOBILIDADE INTEGI	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	_	-	-	-	-	_	808000
1		ATIVIDADES							
26 782	6216 2885	MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS					_		70.000
26 782	6216 2885 0001	MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS-LEVES E PESADOS - DER-DF-DISTRITO FEDERAL	66						
				Ľ.	е	06	0	220	70.000
28 782	6216 4039	MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS							620.000
26 782	6216 4039 0002	MANUTENCÃO DE VEÍCULOS-LEVES E PESADOS - DER DESTRITO FEDERAL	66	Ĺ,	ю	8	0	437	620.000
		PROJETOS							
26 782	6216 1223	RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS							58.286
26 782	6216 1223 0003	RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARITE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS-EM RODOVIAS SOB A JURISDIÇÃO DO DER-DISTRITO FEDERAL Obra de arte recuperada (indiadae)	66						
				í.	4	06	0	100	58.286
26 782	6216 1226	COMPENSAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE INTERESSE DO TRANSPORTE							59.714
26 782	6216 1226 0001	COMPENSAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE INTERESSE DO TRANSPORTE-DER-DE-DISTRITO FEDERAL	66						
		COMPENSAÇÃO AMBIENTAL REALIZADA (UNIDADE) 0							
				ir.	4	06	0	100	59.714
2109	SEGTIP ANCA PÍTBI IC	SEGURANCA PÚBLICA COM CIDADANIA	_	-	-	-	-	_	2300000



ANEXO II RS 1,00
CRÉDITO SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES
ANEXO À LEI N°
ORGÃO: 26000 SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
UNIDABE : 26265 BEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER

36.782 6217 2460 CAMIDARINA EDUCATIVAS DE TRÁNSITO CAMIDARINA EDUCATIVAS DE TRÁNSITO PEDERAL 99 67 77 87 36.782 6217 2461 CAMIDARINA REALIZADA (UNDADE) 0 CAMIDARINA REALIZADA (UNDADE) 0 F 3 90 0 237 36.782 6217 2541 POLICIAMENTO E PERCALIZACÃO DE TRÂNSITO-DER-DE-DISTRITO PEDERAL. 99 F 3 90 0 237 36.782 6217 2541 WOL CIAMENTO E PERCALIZACÃO DE TRÂNSITO-DER-DE-DISTRITO PEDERAL. 99 F 3 90 0 237 36.782 6217 2541 WOL PEDERALIZADA (UNDADE) 0 AÇÃO REALIZADA (UNDADE) 0 F 3 90 0 237 36.782 6217 2497 WANUTENCÃO DA SINALIZAÇÃO ESTATICICAÑECA ACÂO REALIZADA (UNDADE) 0 F 3 90 0 237 36.782 6217 4197 MANUTENCÃO DA SINALIZAÇÃO ESTATICICAÑECA ADANTIDA (M2) 0 F 3 90 0 237 36.782 6217 4197 MANUTENCÃO DESTRATICIRAÑECA ADANTIDA (M2) 0 F 5 90 0 </th <th>FUNC.</th> <th>PROGRAMÁTICA</th> <th>PROGRAMAAÇÃOSUBTÍTULOPRODÚTO</th> <th>M H D</th> <th>ESF</th> <th>DZQ</th> <th>M O D</th> <th>o S O</th> <th>FE</th> <th>DOTAÇÃO</th> <th></th>	FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAAÇÃOSUBTÍTULOPRODÚTO	M H D	ESF	DZQ	M O D	o S O	FE	DOTAÇÃO	
CAMPANHANE EDUCATIVAS DE TRÂNSITO-DER-DF-DISTRITO FEDERAL. 99 1 1 1 1 1 1 1 1	782	6217 2460	CAMPANHAS EDUCATIVAS DE TRÂNSITO			Ĺ				1.73	1.750.000
6217 2541 0001 POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO 6217 2541 0001 POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO-DER-DF-DISTRITO FEDERAL. 6217 2541 0001 POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO-DER-DF-DISTRITO FEDERAL. 6217 2541 0004 AÇÃO REALIZADA (UNIDADE) 0 6217 2541 0004 POLICIAMENTO E PISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO-APOIO AO POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE STATIGRÁFICA 6217 4197 0001 MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA-HORIZONTAL E VERTICAL - PREVENTIVA E CORRETIVA- 6217 4197 0001 BER-DF-DISTRITO FEDERAL SINALIZAÇÃO ESTRATIGRÁFICA MANTIDA (M2) 0 Fr 3 90 0 Fr 3 90 0	782	6217 2460 0001	CAMPANHAS EDUCATIVAS DE TRÂNSITO-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	66							
6217 2541 9091 POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO-DER-DE-DISTRITO FEDERAL. 6217 2541 9091 POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO-DER-DE-DISTRITO FEDERAL. AÇÃO REALIZADA (UNIDADE) 0 6217 2541 9094 POLICIAMENTO E PISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO-APOIO AO POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE STATIGRÁFICA 6217 4197 9091 MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA-HORIZONTAL E VERTICAL - PREVENTIVA E CORRETIVA- 6217 4197 9091 BER-DE-DISTRITO FEDERAL. SINALIZAÇÃO ESTRATIGRÁFICA MANTIDA (M2) 0 F. 3 99 0 PER-DE-DISTRITO FEDERAL. SINALIZAÇÃO ESTRATIGRÁFICA MANTIDA (M2) 0			CAMPANHA REALIZADA (UNIDADE) 0								
6217 2541 00011 POLICIAMENTO E PISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO-DER-DF-DISTRITO FEDERAL. 4CÂO REALIZADA (UNDADE) 0 6217 2541 00041 AÇÃO REALIZADA (UNDADE) 0 6217 2541 00044 POLICIAMENTO E PISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO-APOIO AO POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO APOIO AO POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO ACÂO REALIZADA (UNDADE) 0 6217 2541 00044 POLICIAMENTO E PISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO-APOIO AO POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO-APOIO AO POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO-APOIO AO POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE STATIGRÁFICA 6217 4197 0001 MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA-HORIZONTAL E VERTICAL - PREVENTIVA E CORRETIVA- 6217 4197 0001 DER-DF-DISTRITO FEDERAL SINALIZAÇÃO ESTRATIGRÁFICA MANTIDA (M2) 0 F 3 90 0					Œ	3	06	0	237	1.73	1.750.000
POLICIAMENTO E PISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO-DER-D-FDISTIRITO FEDERAL. 99 91 91 91 92 93 94 95 95 95 95 95 95 95	26 782	6217 2541	POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO							3.80	3.800.000
ACÃO REALIZADA (UNIDADE) 0 POLICIAMENTO E EISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO-APOIO AO POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO - 99 POLICIAMENTO E EISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO-APOIO AO POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO - 99 MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA-HORIZONTAL E VERTICAL - PREVENTIVA E CORRETIVA- SINALIZAÇÃO ESTRATIGRÁFICA MANTIDA (M2) 0 F 3 90 0	26 782	6217 2541 0001	POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	66							
6217 2541 0004 POLICIAMENTO E FISICALIZAÇÃO DE TRÂNSITO-APOIO AO POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO- AÇÃO REALIZADA (UNDADE) 0 6217 4197 0001 MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA SINALIZAÇÃO ESTRATIGRÁFICA MANTIDA (M2) 0 F 3 90 0			AÇÃO REALIZADA (UNIDADE) 0								
6217 2541 0004 POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO-APOIO AO POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO- DER-DE-DISTRITO FEDERAL. AÇÃO REALIZADA (UNDADE) 0 6217 4197 MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA. MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA. SINALIZAÇÃO ESTRATIGRÁFICA MANTIDA (M.D.) 0 F 3 90 0					ĹĹ	9	06	0	237	1.40	1.400.000
AGÃO REALIZADA (UNDADE) 0 6217 4197 MANUTENCÃO DA SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA 6217 4197 0001 MANUTENCÃO DA SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA-HORIZONTAL E VERTICAL - PREVENTIVA E CORRETIVA- SINALIZAÇÃO ESTRATIGRÁFICA MANTIDA (M.2) 0 F 3 90 0	782	6217 2541 0004	POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO-APOIO AO POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO - DER-DE-DISTRITO FEDERAL.	66							
6217 4197 MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA. 6217 4197 0001 MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA-HORIZONTAL E VERTICAL PREVENTIVA E CORRETIVA- SINALIZAÇÃO ESTRATIGRÁFICA MANTIDA (M.2) 0 F 3 90 0			AÇÃO REALIZADA (UNIDADE) 0								
6217 4197 MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA. 6217 4197 0001 MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA-HORIZONTAL E VERTICAL - PREVENTIVA E CORRETIVA- SINALIZAÇÃO ESTRATIGRÁFICA MANTIDA (M.) 0 F 3 90 0					ц	3	06	0	237	2.4	2.400.000
6217 4197 0001 MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA-HORIZONTAL E VERTICAL - PREVENTIVA E CORRETIVA- DER-DF-DISTRITO FEDERAL. SINALIZAÇÃO ESTRATIGRÁFICA MANTIDA (M2) 0 F 3 90 0	782	6217 4197	MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA							36	350.000
F 3 90	782	6217 4197 0001	MANUTENCÃO DA SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA-HORIZONTAL E VERTICAL - PREVENTIVA E CORRETIVA- DER-DI-DISTRITO FEDERAL	66							
3 90 0			SINALIZAÇÃO ESTRATIGRÁFICA MANTIDA (M2) 0								
					Ŧ	3	96	0	237	ř	350.000

TOTAL - GERAL

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

(EP) Emendas Parlamentares ao PLOA (EPP) Emendas Parlamentares às Prioridades de PLDO

s Prioridades de PLDO (EPE) Emendas Parlamentares na Execução



ANEXO A LEI N°	CANCELAMENTO							
NO: 44000 SECRETARIA DE ES	ÓRGÃO: 44000 SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL							
UNIDADE: 44101 SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA	ADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA							
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	DE SOCIAL							
FUNC. PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	GER	ESF	DZQ	Mod	O S	H H H	DOTAÇÃO
6228 FAMÍLIAS FORTES		+					-	1811050
	ATIVIDADES							
14 422 6228 2737	IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE REINSERÇÃO SOCIAL E PREVENÇÃO ÀS DROGAS							1.811.050
14 422 6228 2737 0001	IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE REINSERÇÃO SOCIAL E PREVENÇÃO ÀS DROGAS-SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA-DISTRITO FEDERAL	66						
			Ħ	3	06	0	321	328.233
			Ħ	3	06	0	332	1.250.000
			Ŧ	3	06	4	390	232.817
TOTAL - FISCAL		=						1.811.050
TOTAL - GERAL								1.811.050



CRÉDITO SUPLEMENTAR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO ANEXO À LEI Nº ÓRGÃO: 20000 SECRETARIA DE ESTADODE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÂVUEL DO DISTRITO FEDERAL UNDADE: 20000 SECRETARIA DE ESTADODE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÂVUEL DO DISTRITO FEDERAL UNDADE: 20000 SECRETARIA DE ESTADODE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÃVUEL DO DISTRITO FEDERAL UNDADE: 20000 SECRETARIA DE ESTADODE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO PROGRAMAAÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO FUNC. PROGRAMÂTICA REASÍLIA COMPETITIVA OPERAÇÕES ESPECIAIS SANTRÉSTINO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO ED DISTRITO FEDERAL. ENTRESTINO CONCEDIDO (UNIDADE) 0	D Z Q	U S T T O E E	
SUPLEMENTAÇÃO 20000 SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÂVEL DO DISTRITO FEDERAL 20000 SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÂVEL DO DISTRITO FEDERAL 20000 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL PROGRAMÂTICA PROGRAMÂTICA PROGRAMÂTICA BRASILIA COMPETITIVA OPERAÇÕES ESPECIAIS CAUT 9062 EMPRÉSTIMO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO OPERAÇÕES ESPECIAIS FROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO CONCUEDIDO (UNIDADE) FROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL FROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO FROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO FROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO FROGRAMAS DE DESENVOLVIMEN	υ z Ω		
20000 SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO DISTRITO FEDERAL. 20002 FUNDO DE DESERVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL - FUNDEFE PROGRAMÁTICA PROGRAMÁTICA PROGRAMA AÇÃO SUBITITULO PRODUTO PROGRAMA AÇÃO SUBITITULO PRODUTO PROGRAMÁ TICA OPERAÇÕES ESPECIAIS 6207 9062 EMPRÉSTIMO ESPECIAL PARA O DESERVOLVIMENTO PINANCIANDOS A INCENTIVOS DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL - DISTRITO FEDERAL. EMPRÉSTIMO CONCEDIDO (UNIDADE) PROGRAMAS DE DESERVOLVIMENTO FROME SA INCENTIVOS DOS PROGRAMAS DE DESERVOLVIMENTO PROGRAMAS DE DESERVO	0 Z Q		
MAAGÃO SUBTÍTULO PRODUTO OPERAÇÕES ESPECIAIS DLYIMENTO DLYIMENTO DLYIMENTO FORENAL-DISTRITO FEDERAL 99	υzΩ		
PROGRAMAAÇÃOSUBTÍTULOPRODUTO PROGRAMAAÇÃOSUBTÍTULOPRODUTO OPERAÇÕES ESPECIAIS TIMO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO MAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO DISTRITO PEDERAL. DIAGOCONCEDIDO (UNIDADE) 0 199	υzΩ		
PROGRAMÁTICA PROGRAMÁTICA PROGRAMACÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO G407 9662 BRASÍLIA COMPETITIVA OPERAÇÕES ESPECIAIS G407 9662 EMPRÉSTIMO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO PINANCIAMENTOS VINCULADOS A INCENTIVOS DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL. DISTRITO FEDERAL. EMPRÉSTIMO CONCEDIDO (UNIDADE) 9 EMPRÉSTIMO CONCEDIDO (UNIDADE) 9	DZQ		
BRASÍLIA COMPETITIVA 6207 9962 EMPRÉSTIMO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO 6207 9962 EMPRÉSTIMO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO-FINANCIAMENTOS VINCULADOS A INCENTIVOS DOS PROCRAMAS DE DEDESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO DISTRITO PEDERAL-DISTRITO PEDERAL. EMPRÉSTIMO CONCEDIDO (UNIDADE) 0	- - - -		DOTAÇÃO
OPERAÇÕES ESPECIAIS 6207 9062 EMPRÉSTIMO ESPECIAL PARA O DESENVOLYMENTO 6207 9062 EMPRÉSTIMO ESPECIAL PARA O DESENVOLYMENTO 6207 9062 PROGRAMAS DE DESENVOLYMENTO ECONOMICO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL EMPRÉSTIMO CONCEDIDO (UNIDADE) 0			11760741
6207 9662 6207 2			
6207 9062 0002 EMPRÉSTIMO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO-FINANCIAMENTOS VINCULADOS A INCENTIVOS DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL. EMPRÉSTIMO CONCEDIDO (UNIDADE) 0		_	11.760.741
EMPRÉSTIMO CONCEDIDO (UNIDADE) 0			
S	2 90	0 123	11.760.741
TOTAL - FISCAL	-	=	11.760.741
TOTAL - GERAL			11.760.741



STEPLINGSTONE NATIONAL DESCRIPTION AND STEPLINGSTONE AND STEPLIN	SUPERATION SUPERATION SUPERATION	ANEXO	77							RS 1,00
SOUR SECRETARIAN IN ESTANODI MORE IDANOS MORE MANITOR MORE MANITOR MORE MANITOR MORE MANITOR MORE MANITOR MORE MANITOR MORE MORE MANITOR MORE MANI	SOUR SECURE AND DE SANDODE MONTHOUGH ENDANCE DE SANDODE MONTHALES DE SANDODE DE SANDODE MONTHALES DE SANDODE MON	ÉDIT	O SUPLEMENTAR EXCESSO D							
PROGRESHING PROGRAMMEND	The control of the	IEXO	Ξ							
PROGRAMATICAL PROGRAMATICA	PROGRAMMENT	GAO	: 26000 SECRETARIA DE 1 E: 26205 DEPARTAMENTO DE	ESTADO DE MOBILIDADE E ESTRADAS DE RODAGEM - DER						
PROGRAMATICA	FROME MANTIPLE AND STREET CONSTRUCTION OF A CHARLES OF	ÇAM	ENTO FISCAL E DA SEGURID⊅	NDE SOCIAL						
GRINGA MANUTING, OD ISSUNGES ADDITIONOUS TRAINED	GRINGLANGER AND STRINGS AND STRINGS TRAINED 1998 1999 199	JNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAAÇÃOSUBTÍTULOPRODUTO					H H	БОТАÇÃО
MANITERIC DE SERVICOS ADMINISTRATOR GERGES CONSERVAÇÃO, MANITERICA DE SERVICO DE SERVIC	MANITERS MANITERS DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS CERAIS CONSERVAÇÃO, MANITERS DE SERVICOS ESTUDIOS ESTU	6001	GESTÃO, MANUTENÇ	, AO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	1		1			1050000
MANTITECO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-GUES DEDENTRATO FEDERAL. 99 F 3 90 0 237	600 SST 001 MANUTENCKO DE SERVICES ADMINISTRATIVES GERALS-DER-DE-DESTRUTO FEDERAL. 99 F 3 90 0 237			ATIVIDADES						
MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAS-DER DE-DISTRITO FEDERAL. 99 F 3 90 0 237	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DER DE-DISTRITO FEDERAL. 99 F 3 90 0 237	5 122	6001 8517	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS						000.000
WANTENCIO DE SERVIDORES DE DE DETENTIO FIDERAL WANTENCIO DE SERVIDORES DE DETENTIO FIDERAL STE 588 0001 WANTENCIO DE SERVIDORES DE DETENTIO FIDERAL STE 588 0001 WANTENCIO DE SERVIDORES DE DETENTIO FIDERAL STE 588 0001 WANTENCIO DE VENCILLOS STE 588 0001 WANTENCIO DE VENCILLOS DE VENC	CHILD ADDRESS ANY TIDA (UNIDADE MANTEN (UNIDADE) F. 1 1 1 1 1 1 1 1 1	122	6001 8517 0014	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	66				-	
MANTIPECÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERALA-CONSERVAÇÃO MANUTENÇÃO E SEGURANCA DE FRÓNÇAS DE PROPENSION PROPERSION PR	MANITERCÉO DE SERVICOS ADELES CONSERVAÇÃO MANITERCÉO DE SERVIDORES DE ADELES DESTRITO PEDERAL. P. 13 90 0 237			UNIDADE MANTIDA (UNIDADE) 0						
MANUTENCE DE EMPRINGE DE RENDEMBARY DE CONTRICTOR AND INSTITUTOR DE RENDEMBARY DE CONTRICTOR AND INSTITUTOR DE RENDEMBARY DE CONTRICTOR DE RENDEMBARY DE R	MANUTENCÉE DE ENTROINE E PRODUTAS PREDEBAL. F				_				237	800.000
CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DER LIPEDRIAL. PROJECTOR PREMALIZAÇÃO DE SERVIDORES DER LIPEDRIAL. PREMALIZAÇÃO DE SERVIDORES DER LIPEDRIAL. PREMALIZAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - DER LIPEDRIAL. SO PREMALIZAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - DER LIPEDRIAL. SO PREMALIZAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - DER LIPEDRIAL. SO PREMALIZAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - DER LIPEDRIAL. SO PREMALIZAÇÃO DE MÁQUINAS E PREMALIZAÇÃO DE RADECTOS - DER LIPEDRIAL. SO PREMALIZAÇÃO DE RADECTOS - DER LIPEDRIAL. PROJECTOS - DER LIPEDRIAL. SO PREMALIZAÇÃO DE RADECTOS - DER LIPEDRIAL. SO PREMALIZAÇÃO DE RADECTOS - DER LIPEDRIAL. PROJECTOS - DER LIPEDRIAL. PROJECTOS - DER LIPEDRIAL. PROJECTOS - DER LIPEDRIAL. PROJECTOS - DER LIPEDRIAL. PREMALIZAÇÃO DE RADECTOS - DER LIPEDRIAL. PREMALIZAÇÃO DE RADECTOS - DER LIPEDRIAL. PROJECTOS - DER LIPEDRIAL. PREMALIZAÇÃO DE RADECTOS - DER LIPEDRIAL. PROJECTOS - DE LIPEDRIAL. PROJECTOS	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DESTRUTO PEDERAL ANTIDADE NATEGRADA DE SERVIDORES DER DE DESTRUTO PEDERAL ANTIDADE NATEGRADA DE SUSTEMAÇÃO DE SERVIDORES DER DE DESTRUTO PEDERAL ANTIDADE NATEGRADA DE SUSTEMAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LEVES DE PESADOS - DER DE DESTRUTO PEDERAL Câig 2885 00011 ANAVITENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES DE PESADOS - DER DE DESTRUTO PEDERAL Câig 409 00012 ANAVITENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES DE PESADOS - DER DE DESTRUTO PEDERAL Câig 409 00012 ANAVITENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES DE PESADOS - DER DE DESTRUTO PEDERAL Câig 409 00012 ANAVITENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES DE PESADOS - DER DE DESTRUTO PEDERAL Câig 409 00012 ANAVITENÇÃO DE VEICULOS LEVES DE PESADOS - DER DE DESTRUTO PEDERAL Câig 409 00012 ANAVITENÇÃO DE RESUDOS LE PRESADOS - DER DE DESTRUTO PEDERAL Câig 5711 6189 PEDERAL CAPACITAÇÃO DE ESTUDOS E PRESQUESA-BRAIZZ DE CONTACION DE RADIOS PEDERAL Câig 5711 6189 PEDERAL Câig 5711 6189 PEDERAL Câig 5711 6180 PEDERAL Câig 5711 6180 PEDERAL Câig 5711 6180 DE ANTONIOS E PRESQUESA-BRAIZZ DE CONTACION DE RADIOS PARA DE ANTONIOS E PRESQUESA-BRAIZZ DE CONTACION DANA Câig 5711 6180 DE ANTONIOS E PRESQUESA-BRAIZZ DE CONTACION DANA Câig 5711 6180 DE ANTONIOS E PRESQUESA-BRAIZZ DE CONTACION DANA Câig 5711 6180 DE ANTONIOS E PRESQUESA-BRAIZZ DE CONTACION DANA Câig 5711 6180 DE ANTONIOS E PRESQUESA-BRAIZZ DE CONTACION DANA Câig 5711 6180 DE ANTONIOS E PRESQUESA-BRAIZZ DE CONTACION DANA	122	6001 8517 9672	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E SECURANÇA DE PRÓPRIOS - DER-DI-DISTRITO FEDERAL	66					
CAMACITACÃO DE SERVIDORES DEPORTRITO FEDERAL. 99 F 3 90 0 237	CANACTIAÇÃO DE SERVIDORES DER DE TRITO FEDERAL. 19 19 19 19 19 19 19 1			UNIDADE MANTIDA (UNIDADE) 0					-	
CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DER-DE-DISTRITO FEDERAL. 99 F 3 90 0 237 1 1 1 1 1 1 1 1 1	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTIAÇÃO DE SERVIDORES DER DE DISTRITO FEDERAL. 99 F 3 90 0 237				_				237	100.000
MANUTENCAD DE SERVIDORES DER DE DESTRITO FEDERAL. 99 F 3 90 0 237	ANALTER CRADE SUSTEMATION REPORTED BEACH	5 128	6001 4088	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES					-	150.000
MANUTENCA DE ENSTEATA DE EUSTEATA DE EUSTEATA DE EUSTEATA DE EUSTEATA DE EUSTEATA DE EUSTEATA DE EUSTEATO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS Colid 2885 MANUTENCA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LEVES E PESADOS - DER-DEDERAL. 99 F 3 90 0 237	ATTIVIDADE NOBILIDADE NITERCRADA E SUSTEMATAVEL. ATTIVIDADES ATTIVIDADES	5 128	6001 4088 0019	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES. DER-DF-DISTRITO FEDERAL	66				-	
MANUTENCÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AINTIDADES 6216 2885 0001 MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS-LEVES E PESADOS - DER-DESTRITO FEDERAL. 99 F 3 90 0 237 6216 4489 MANUTENÇÃO DE NEIGULOS-LEVES E PESADOS - DER-DESTRITO FEDERAL. 99 F 3 90 0 237 6216 4489 MANUTENÇÃO DE RODOVIAS-PREVENTIVA E CORRETIVA. DER-DISTRITO FEDERAL. 99 F 3 90 0 237 6216 4195 0001 (***) CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS-PREVENTIVA E CORRETIVA. DER-DISTRITO PEDERAL. 99 F 3 90 0 237 6216 3711 REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-REALIZ DE CONTACEM DE TRÁPEGO E ATVAL. SÉME HIST-DISTRITO 99 F 3 90 0 237 6216 3711 6189 REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-REALIZ DE CONTACEM DE TRÁPEGO E ATVAL. SÉME HIST-DISTRITO 99 F 3 90 0 237 FEDERAL. 90 90 237 FEDERAL. 90 90 237 FEDERAL. 90 90 237 FEDERAL. 90 90 90 90 90 90 90 FEDERAL. 90 90 90 90 90 90 90 9	MANUTENCAO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS C116 2885 0001 MANUTENCAO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LEVES E PESADOS - DER-DEJOSTRITO FEDERAL. 99 F 3 90 0 237 C116 4039 0002 MANUTENCAO DE VEÍCULOS - LEVES E PESADOS - DER-DEJOSTRITO FEDERAL. 99 F 3 90 0 237 C116 4039 0002 MANUTENCAO DE VEÍCULOS - LEVES E PESADOS - DER-DEJOSTRITO FEDERAL. 99 F 3 90 0 237 C116 4039 0002 MANUTENCAO DE RODOVIAS-PREVENTIVA E CORRETIVA_DER-DEJOSTRITO FEDERAL. 99 F 3 90 0 237 C116 4195 0001 REALIZACÃO DE ENDOVIAS - PREVENTIVA E CORRETIVA_DER-DEJOSTRITO 99 F 3 90 0 237 C116 3711 6139 REALIZACÃO DE ENTUDOS E PESQUISAS - REALIZACÃO DE CANTACEN DE TRÁPECO E ATUAL. SÉRIE HIST-DISTRITO 99 F 3 90 0 237 SECURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA				_				237	150.000
ATIVIDADES California MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LEVES E PESADOS - DER-DF-DISTRITO FEDERAL. 99 F 3 90 0 237 California MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PROBENDA - DER-DF-DISTRITO FEDERAL. 99 F 3 90 0 237 California MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS-LEVES E PESADOS - DER-DF-DISTRITO FEDERAL. 99 F 3 90 0 237 California CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS PROJETOS California CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS PROJETOS California REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS PROJETOS California REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS PROJETOS California PEDERAL PROJETOS PROJETOS PROJETOS California PEDERAL PROJETOS PROJETOS PROJETOS California PEDERAL PROJETOS PROJETOS PROJETOS PROJETOS California PROJETOS PROJETOS PROJETOS PROJETOS California PROJETOS PROJETOS PROJETOS PROJETOS PROJETOS PROJETOS California PROJETOS PROJETOS PROJETOS PROJETOS PROJETOS California PROJETOS	### ATTVIDADES ATTVIDADES ATTVIDADES	6216	MOBILIDADE INTEG	RADA E SUSTENT ÁVEL	-	=	=	-	=	1600000
AMANUTENCÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS-LEVES E PESADOS - DER-DF-DISTRITO FEDERAL. 99 F 3 90 0 237	C216 2885 0001 MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS-LEVES E PESADOS - DER-DISTRITO FEDERAL. 99 F 3 90 0 237 C216 4439 0002 MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS-LEVES E PESADOS - DER-DISTRITO FEDERAL. 99 F 3 90 0 237 C216 4439 0002 MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS-LEVES E PESADOS - DER-DISTRITO FEDERAL. 99 F 3 90 0 237 C216 4195 0001 (***) CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS-PREVENTIVA E CORRETIVA-DER-DISTRITO FEDERAL. 99 F 3 90 0 237 C216 4195 0001 REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-REALIZ DE CONTAGEM DE TRÁFEGO E ATUAL. SÉRIE HIST-DISTRITO 99 F 3 90 0 237 SEGURANÇA PÚBLICA. COM CIDADANIA SEGURANÇA PÚBLICA. COM CIDADANIA			ATIVIDADES						
6216 2885 0001 MANUTENÇÃO DE WÂQUINAS E EQUIPAMENTOS-LEVES E PESADOS - DER-DI-BISTRITO FEDERAL. 99 F 3 90 0 237	C16 288 0001 MANUTENCÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS-LEVES E PESADOS - DER-DF-DISTRITO FEDERAL. 99 F 3 90 0 237	5 782	6216 2885	MANUTENÇÂO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS						100.000
MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS ANNUTENÇÃO DE VEÍCULOS-LEVES E PESADOS - DER-DE-DISTRITO FEDERAL. 99 F 3 90 0 237	MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS ANNUTENÇÃO DE VEÍCULOS-LEVES E PESADOS - DER DE-DISTRITO FEDERAL ANNUTENÇÃO DE VEÍCULOS-LEVES E PESADOS - DER DE-DISTRITO FEDERAL ANNUTENÇÃO DE VEÍCULOS-LEVES E PESADOS - DER DE-DISTRITO FEDERAL ANNUTENÇÃO DE RODOVIAS-PREVENTIVA E CORRETIVA-DER-DISTRITO PEDERAL ANNUTENÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS ANNUTENÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS ANNUTENCÂO DE ESTUDOS ANNUTENCÂO DE ESTUDOS E PESQUISAS ANNUTENCÂO DE ESTUDOS ANNUTENCÂO DE ESTUDOS	5 782	6216 2885 0001	MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS-LEVES E PESADOS - DER-DF-DISTRITO FEDERAL	66					
AND TRANCA O DE VEICULOS ANAUTENCÃO DE VEICULOS-LEVES E PESADOS - DER DF-DISTRITO FEDERAL ANAUTENCÃO DE VEICULOS-LEVES E PESADOS - DER DF-DISTRITO FEDERAL ANAUTENCÃO DE VEICULOS-LEVES E PESADOS - DER DF-DISTRITO FEDERAL ANAUTENCÃO DE RODOVIAS- CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS-PREVENTIVA E CORRETIVA-DER-DISTRITO FEDERAL ANAUTENCÃO DE RODOVIAS-PREVENTIVA E CORRETIVA-DER-DISTRITO FEDERAL ANAUTENCÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS- ANAUTENCÃO DE PESQUISAS- ANAUTENCÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS- ANAUTENCÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	AND AND				1				237	100.000
AND TENCATO DE VOIGENA CASE PESADOS - DER DE-DISTRITO FEDERAL. 99 F 3 90 0 237	AND CONSERVAÇÃO DE ESTUDOS LEVES E PESADOS - DER DE-DISTRITO FEDERAL. 99 F 3 90 0 237	6 782	6216 4039	MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS					-	400.000
CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS-PREVENTIVA E CORRETIVA-DER-DF-DISTRITO FEDERAL. 99 F 3 90 0 237	CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS PREVENTIVA E CORRETIVA-DER-DF-DISTRITO FEDERAL. 99 F 3 90 0 237	5 782	6216 4039 0002	MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS-LEVES E PESADOS - DER-DF-DISTRITO FEDERAL	66				-	
CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS-PREVENTIVA E CORRETIVA-DER-DE-DISTRITO FEDERAL. 99 F 3 90 0 237	CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS-PREVENTIVA E CORRETIVA-DER-DF-DISTRITO FEDERAL. 99 F 3 90 0 237				_				237	400.000
6216 4195 0001 (***) CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS-PREVENTIVA E CORRETIVA-DER-DISTRITO FEDERAL 99 F 3 90 0 237	CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS-PREVENTIVA E CORRETIVA-DER-DISTRITO FEDERAL. 99 F 3 90 0 237	6 782	6216 4195	CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS						300.000
PROJETOS PROJETOS	PROJETOS PROJETOS	6 782	6216 4195 0001		66					
6216-3711 REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS 6216-3711 6150 REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-REALIZ. DE CONTAGEM DE TRÁFEGO E ATUAL. SÉRIE HIST-DISTRITO FEDERAL SEGURANÇA PÜBLICA COM CIDADANIA	6216-3711 REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS 6216-3711 6150 REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-REALIZ. DE CONTAGEM DE TRÁFEGO E ATUAL. SÉRIE HIST-DISTRITO F BDERAL SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA OIPPORT				1				237	300.000
6216 3711 6150 REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-REALIZ. DE CONTAGEM DE TRÁFEGO E ATUAL. SÉRIE HIST-DISTRITO FEDERAL FEDERAL F 3 90 0 237 SEGURANÇA PÜBLICA COM CIDADANIA	6216 3711 6159 REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-REALIZ, DE CONTAGEM DE TRÁFEGO E ATUAL. SÉRIE HIST-DISTRITO 99 F 3 90 0 237 SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA			PROJETOS						
SEGURANÇA PÜBLICA COM CIDADANIA SEGURANÇA PÜBLICA COM CIDADANIA	SEGURANÇA PÜBLICA COM CIDADANIA SEGURANÇA PÜBLICA COM CIDADANIA	6 782	6216 3711	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS						800.000
SEGURANÇA PÜBLICA, COM CIDADANIA SEGURANÇA PÜBLICA, COM CIDADANIA	SEGURANÇA PÜBLICA COM CIDADANIA Oribroda	6 782	6216 3711 6150	REALIZAÇAO DE ESTUDOS E PESQUISAS-REALIZ, DE CONTAGEM DE TRAFEGO E ATUAL, SERIE HIST-DISTRITO FEDERAL						
SEGURANÇA PÜBLICA COM CIDADANIA	SEGURANÇA PÜBLICA COM CIDADANIA Oribriori				_				237	800.000
	Oribradi	6217	SEGURANÇA PÚBLIC	'A COM CIDADANIA		-	-	-		1476822



ANEXO IV	RS 1,00
CRÉDITO SUPLEMENTAR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	
	SUPLEMENTAÇÃO

UNIDADE : 26205 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

26000 SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE

376.822 376.822 400.000 700.000 4.126.822 DOTAÇÃO 237 237 237 0 0 0 96 8 8 ΣοΩ υzα íz, 124 66 ZПD 66 POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO-APOIO AO POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO-Der de-distrito federal MANUTENÇÂO DA SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA-HORIZONTAL E VERTICAL - PREVENTIVA E CORRETIVA-DER-DE-DISTRITO FEDERAL MANUTENÇÃO DA ESCOLA VIVENCIAL DE TRÂNSITO-DER-DF- SOBRADINHO PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO MANUTENÇÃO DA ESCOLA VIVENCIAL DE TRÂNSITO MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA SINALIZAÇÃO ESTRATIGRÁFICA MANTIDA (M2) 0 POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO AÇÃO REALIZADA (UNIDADE) 0 PROGRAMÁTICA 6217 2541 0004 6217 2904 0001 6217 4197 0001 6217 2541 6217 2904 6217 4197 TOTAL - FISCAL TOTAL - GERAL 26 782 26 782 26 782 26 782 26 782 26 782

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Património (EP) Emendas Parlamentares ao PLOA (EPP) Emendas Parlamentares ao PLOA

ao de Patrimônio

(EPE) Emendas Parlamentares na Execução



AND ALENY AND ALENY	SUPLEMENTAÇÃO MAIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO DISTRITO FEDERAL. INSTRITO FEDERAL - FUNDETE FROGRAMAAGÃO SUBTÍTULO PRODUTO FROGRAMAAGÃO SUBTÍTULO PROBRAL. SA PORTINO DE SERVOLVIMENTO PRODUTO FROGRAMAA O DESENVOLVIMENTO PRODUTALADOS A INCENTIVOS DOS PROGRAMAA O DESENVOLVIMENTO PRODUTALADOS A INCENTIVOS DOS FROGRAMAA O DESENVOLVIMENTO PRODUTALADOS A INCENTIVOS DOS FROGRAMAAGÃO PROGRAMAAGÃO DO DISTRITO FEDERAL. FROGRAMAAGÃO PROGRAMAAGÃO DO DISTRITO PRODUTAÇÃO FROGRAMAA O DESENVOLVIMENTO PRODUTALADOS A INCENTIVOS DOS FROGRAMAAGÃO PROGRAMAAGÃO DO DISTRITO PRODUTAÇÃO FROGRAMAAGÃO PROGRAMAAGÃO PROGRAMAAGÃO PROGRAMAAGÃO FROGRAMAAGÃO PROGRAMAAGÃO P	VINEAU V	•							KS 1,00
A LEIN	2000 SICKETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO DISTRITO FEDERAL 2000 SICKETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO DISTRITO FEDERAL 2000 SICKETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO DE DESENVOLVIMENTO PROGRAMÁTICA PROGRAMÁTICA PROGRAMANAÇÃO SUBTÍTILO PRODUCTO E S N 0 0 E	tÉDITO	SUPLEMENTAR - ANULAÇÃ							
1. 20000 SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMÍA E DESENVOLAMENTO SUSTENTAVEL DO DISTRITO FEDERAL PROGRAMÁTICA	1990 SECRETARIA DE ESTADO DE ECCROMIA É DISENVOLVIMENTO EDISTRITO FIDERAL. 1990 SECRETARIA DE ESTADO DE ECCROMIA É DISENVOLVIMENTO DE ECCROMIA E DISENVOLVIMENTO PEDERAL. FUNDETE 1990 ENCARAMÁTICA	VEXO À	\ LEI N°	SUPLEMENTAÇÃO						
DE: 1990E PUNDO DE DESERVOLVIMENTO DO DISTRITO PEDERAL. FUNDEFE RENOTE PISCALE DA SECURIDADE SOCIAL PROCRAMATICA PROCRAMATICA OPERAÇÕES ESPECIAIS 6207 9962 CAUTO 9962	PROGRAMÁTICA PROGRAMANÇÃO SUBITITULO PRODUTO E S N N N N N N N N N	₹GÃO:		STADO DE ECONOMÍA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO DISTRITO FEDERAL						
PROGRAMÁTICA PROGRAMAAÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO R E G M U F DOTAÇÃO	PROGRAMÁTICA PROCRAMAAÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO E F D D D D D D D	NIDADE	3: 20902 FUNDO DE DESENVC	DLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL - FUNDEFE						
PROGRAMÁTICA PROGRAMAAÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO E	PROGRAMÁTICA PROGRAMAAGÃOSUBITIULOPRODUTO E S S N O O S T T DOTAÇÃO	RÇAME,	NTO FISCAL E DA SEGURIDA	DESOCIAL						
SASTLIA COMPETITIVA	EMPRÉSTIMO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO EMPRÉSTIMO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO EMPRÉSTIMO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO PRODERAL-DISTRITO FEDERAL. EMPRÉSTIMO CONCEDIDO (UNIDADE) 0 EMPRÉSTIMO CONCEDIDO (UNIDADE) 0 F 5 90 0 1100 1.1 F 5 90 0 123 1.1 Tenno (***) Conservação de Património	JNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAAÇÃO/SUBTÍTULO-PRODUTO	B E B	υzΩ	Mod	o s o	н н н	DOTAÇÃO
OPERAÇÕES ESPECIALS 9062 EMPRÉSTIMO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO 9062 0002 EMPRÉSTIMO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO 9062 0002 EMPRÉSTIMO CONCEDIDO (UNIDADE) 0 EMPRÉSTIMO CONCEDIDO (UNIDADE) 0 F S 90 0 1100 L. F S 90 0 171 S 1.	EMPRÉSTIMO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO EMPRÉSTIMO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO EMPRÉSTIMO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO FROCERAMAS DE DESENVOLVIMENTO PROMICO DO DISTRITO FEDERAL. DISTRITO PEDERAL. EMPRÉSTIMO CONCEDIDO (UNIDADE) 0 F	6207	BRASÍLIA COMPETIT.	IVA	1					3957412
9062 EMPRÉSTIMO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO PROCRAMAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL EMPRÉSTIMO CONCEDIDO (UNIDADE) 0 EMPRÉSTIMO CONCEDIDO (UNIDADE) 0 EMPRÉSTIMO CONCEDIDO (UNIDADE) 0 F 5 90 0 123 1.	EMPRÉSTIMO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO EMPRÉSTIMO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO PROBRAL-DISTRITO FEDERAL. PROCREMANS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO DISTRITO FEDERAL. DISTRITO FEDERAL. EMPRÉSTIMO CONCEDIDO (UNIDADE) 0 F 5 90 0 100 1. F 5 90 0 123 1. F 5 90 0 171 3 Transcervação de Patrimônio			OPERAÇÕES ESPECIAIS						
PROCREMINO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL- PROCREMINO SPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL- PROCREMINO CONCEDIDO (UNIDADE) 0	EMPRÉSTIMO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO-FINANCIAMENTOS VINCULADOS A INCENTIVOS DOS 99 70 100 1.1	199	6207 9062	EMPRÉSTIMO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO	_	 			_	3.957.412
EMPRÉSTIMO CONCEDIDO (UNIDADE) 0 F 5 90 0 100 1.1 F 5 90 0 1123 1.1	EMPRÉSTIMO CONCEDIDO (UNIDADE) 0 F 5 90 0 100 1. F 5 90 0 123 1.	199	6207 9062 0002	EMPRÉSTIMO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO-FINANCIAMENTOS VINCULADOS A INCENTIVOS DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL.	66					
F 5 90 0 123 1.	F			EMPRÉSTIMO CONCEDIDO (UNIDADE) 0						
F 5 90 0 123 1.	F S 90 0 123 1.					٠,	06	0	001	1.858.135
F 5 90 0 171	mento (***) Conservação de Patrimônio					٠,	06	0	123	1,449.891
	mento (***) Conservação de Patimônio					5	06	0	171	649.386
	mento (***) Conservação de Parimônio	TAL-	FISCAL				:	-		3.957.412
	mento (***) Conservação de Patrimônio	TAL -	GERAL							3.957.412
	The second secon	6		CTINITY CONTROL 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1						



CREDITO SUPLEMENTAR - ANOLAÇÃO DE DOTAÇÕES						
ANEXO À LEI N°	SUPLEMENTAÇÃO					
ÓRGÃO: 24000 SECRETARIA D	24000 SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL					
IIDADE: 24908 FUNDO PENITEN	UNIDADE : 24908 FUNDO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL - FPDF					
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	IDADE SOCIAL					
FUNC. PROGRAMÁTICA	PROGRAMAAÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	GER	E C C	M O D	U F S T	DOTAÇÃO
6211 DIREITOS HUMAN	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA		1			419028
	ATIVIDADES					
14 122 6211 4220	GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS					419.028
14 122 6211 4220 0023	GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS-FUNPDF-DISTRITO FEDERAL	66				
			F 4	06	0	171 419.028
TOTAL - FISCAL		-	-		=	419.028
TOTAL - GERAL						419.028



R\$ 1,00		
		SUPLEMENTAÇÃO
ANEXO V	CRÉDITO SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES	ANEXO À LEI N°

ÓRGÃO: 25000 SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS DO DISTRITO FEDERAL UNIDADE: 25902 PUNDO PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA DO DISTRITO FEDERAL - FUNGER ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL.

Z O D OZQ C E R OPERAÇÕES ESPECIAIS BRASÍLIA COMPETITIVA PROGRAMÁTICA 6207

556814

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Património
(EP) Emendas Parlamentares ao PLOA (EPP) Emendas Parlamentares às Prioridades de PLDO (EPE) Emendas Parlame

DO (EPE) Emendas Parlamentares na Execução

556.814

100

96



R\$ 1,00	
	CITIZET EMENT A CÃO
ANEXO V	CRÉDITO SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES

ÓRGÃO: 2500 SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE : 25994 FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

ANEXO À LEI N°

FUNC. PROGRAMÁTICA PROGRAMAAÇÃOSUBTÍTULOPRODUTO R E G M U F DOTAÇÃO 62.3 T D O S T T DOTAÇÃO S T DOTAÇÃO 62.3 F F D D D D F D D F D D F D								OPERAÇÕES ESPECIAIS		
PROGRAMÁTICA PROGRAMAAÇÃOSUBTÍTULOPRODUTO R E S N O S T G F D D O S T	3503							ES	FAMÍLIAS FOF	6228
	DOTAÇÃO	F	O S O	M O D	υZΩ	ВSТ	R	PROGRAMAAÇÃO SUBTÍTULOPRODUTO		FUNC.

6228	FAMÍLIAS FORTES			•				-	3503000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
08 243	6228 9071	TRANSFERÊNCIA PARA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA							800.000
08 243	6228 9071 0001	TRANSFERÊNCIA PARA O PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA-ORÇAMENTO CRIANÇA E ADOLESCENTE-OCA- DISTRITO FEDERAL	66						
				s	3	50	0	100	800.000
08 243	6228 9073	TRANSFERÊNCIA PARA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL							323.000
08 243	6228 9073 0001	TRANSFERÊNCIA PARA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL-ORÇAMENTO CRIANÇA E ADOLESCENTE-OCA- DISTRITO FEDERAL	66						
				S	3	50	0	100	323.000
08 244	6228 9071	TRANSFERÊNCIA PARA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA							80.000
08 244	6228 9071 0002	TRANSFERÊNCIA PARA O PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA-DEMAIS INDIVÍDUOS E FAMILIAS-DISTRITO FEDERAL	66						
				s	3	50	0	100	80.000
08 244	6228 9073	TRANSFERÊNCIA PARA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL							2.300.000
08 244	6228 9073 0002	TRANSFERÊNCIA PARA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL-DEMAIS INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS-DISTRITO FEDERAL	66						
				s	3	50	0	100	2.300.000
FAL - S	TOTAL - SEGURIDADE							_	3.503.000

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Partimónio

(EP) Emendas Parlamentares ao PLOA (EPP) Emendas Parlamentares às Prioridades de PLDO

(EPE) Emendas Parlamentares na Execução



WEAR A	ANEXO À LEI №	SUPLEMENTAÇÃO							
ÓRGÃO: UNIDADE: ORÇAMEN	ÓRGÃO: 26000 SECRETARÍA DE ESTADO DEN UNIDADE: 26205 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	ÓRGÃO: 26000 SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE UNIDADE: 2620S DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAAÇÃOSUBTÍTULOPRODUTO	REG	E S	DΖQ	M O D	o o	F	DOTAÇÃO
6216	MOBILIDADE INTEG	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL		-					7408000
		PROJETOS							
26 782	6216 3005	AMPLIAÇÃO DE RODOVIAS							7.303.000
26 782	6216 3005 0004	AMPLIAÇÃO DE RODOVIAS-DF-047 (EPAR)-DISTRITO FEDERAL	66						
		RODOVIA AMPLIADA (KM) 0							
				ís.	4	06	0	001	83.000
				F	4	06	0	237	0000.0009
				ír.	4	06	0	437	620.000
				Ĭ	4	06	3	237	000.009
26 782 26 782	6216 3711	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-ESTUDOS AMBIENTAIS-DISTRITO FEDERAL	66						105.000
				ш	ю	06	0	100	35.000
				í.	ю	06	0	220	70.000
TOTAL - FISCAL	TSCAL		-						7.408.000
TOTAL - GERAL	JERAL								7.408.000



R\$ 1,00		
		çÃo
		SUPLEMENTAÇÃO
	S	
	AÇÃO DE DOTAÇÕES	
VI	RÉDITO ESPECIAL - ANULAÇÃ	NEXO À LEI N°
ANEXO VI	CRÉDIT	ANEXO

44000 SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL UNIDADE : 44101 SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA ÓRGÃO:

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAAÇÃOSUBTÍTULOPRODUTO	R E G	S F	D N G	M O D	o O	F	DOTAÇÃO
6228	FAMÍLIAS FORTES								1811050
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
14 422	6228 9091	TRANSFERÊNCIA AO PROGRAMA DE DIREITOS HUMANOS							1.811.050
14 422	6228 9091 0002	TRANSFERÊNCIA AO PROGRAMA DE DIREITOS HUMANOS-POLÍTICAS PÚBLICAS ANTI DROGAS NO-DISTRITO FEDERAL	66						
				ш	6	20	0	321	165.282
				ш	6	20	0	332	000.000
				ī	3	20	4	390	121.705
14 422	6228 9091 0003	TRANSFERÊNCIA AO PROGRAMA DE DIREITOS HUMANOS-APOIO ÀS FAMÍLIAS DE DEPENDENTES QUÍMICOS DO-DISTRITO FEDERAL	66						
				ī	8	20	0	321	162.951
				ш	6	20	0	332	350.000
				ш	6	20	4	390	111.112
TOTAL - FISCAL	HSCAL								1.811.050
TOTAL - GERAL	GERAL								1.811.050

TOTAL - GERAL

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Património

(EP) Emerdas Parlamentares ao PLOA (EPP) Emendas Parlamentares às Prioridades de PLDO

(EPE) Emendas Parlamentares na Execução



PROJETO DE LEI Nº 870, DE 2019

REDAÇÃO FINAL

Revoga dispositivos da Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, que dispõe quanto ao sobre Operações Relativas Imposto Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação *ICMS* e dá outras providências.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º Ficam revogados os seguintes dispositivos da Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996:

I – art. 2°, parágrafo único, III, **e**;

II - art. 5°, XI, e;

III - art. 6°, IX, d;

IV - art. 21, I, f, 5.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da publicação da Lei nº 6.296, de 30 de abril de 2019, aplicando-se-lhe o disposto no art. 8º, I, da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2019.

MANOEL ÁLVARO DA COSTA Secretário Legislativo



Documento assinado eletronicamente por **MANOEL ALVARO DA COSTA - Matr. 15030**, **Secretário(a) Legislativo(a)**, em 19/12/2019, às 12:46, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente n° 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal n° 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador externo.php?acao=documento conferir&id orgao acesso externo=0 Código Verificador: **0026812** Código CRC: **9B8E91F5**.

PROJETO DE LEI Nº 872, DE 2019

REDAÇÃO FINAL

Altera o caput do art. 42 da Lei nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012, que regula o acesso a informações no Distrito Federal previsto no art. 5º, XXXIII, no art. 37, § 3º, II, e no art. 216, § 2º, da Constituição Federal e nos termos do art. 45, da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e dá outras providências.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

- **Art. 1º** O *caput* do art. 42 da Lei nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:
- Art. 42. Cabem à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, na forma do regulamento, as seguintes atribuições:
- **Art. 2º** As atribuições de que trata o art. 42 da Lei nº 4.990, de 2012, continuam sendo exercidas pelo Núcleo de Segurança e Credenciamento NSC da Casa Militar até que sejam realizados os ajustes necessários à regulamentação desta Lei.
- **Art. 3º** Os decretos de regulamentação do disposto no art. 42 da Lei nº 4.990, de 2012, vigentes à época da publicação desta Lei permanecem eficazes, naquilo que couber, até que sejam adequados ao disposto nesta Lei.



Art. 4º No prazo de até 10 dias contados da publicação desta Lei, a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal apresentará proposta de decreto para sua regulamentação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2019.

MANOEL ÁLVARO DA COSTA Secretário Legislativo



Documento assinado eletronicamente por **MANOEL ALVARO DA COSTA - Matr. 15030, Secretário(a) Legislativo(a)**, em 19/12/2019, às 12:45, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente n° 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal n° 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 Código Verificador: **0026783** Código CRC: **AE3BCE12**.

PROJETO DE LEI Nº 873, DE 2019

REDAÇÃO FINAL

Altera a Lei nº 4.011, de 12 de setembro de 2007, que dispõe sobre os serviços de transporte público coletivo integrantes do Sistema de Transporte do Distrito Federal, instituído pela Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º A Lei nº 4.011, de 12 de setembro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I − o art. 5°, § 3°, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 3º Visando dar suporte às necessidades de deslocamento dos alunos da rede pública de ensino do Distrito Federal, fica criado, dentro do Serviço Complementar do STPC/DF, o Serviço de Transporte Escolar.

II – é acrescido o seguinte art. 68, renumerando-se os subsequentes:

Art. 68. O Poder Executivo editará normas complementares por atos próprios visando à regulamentação do serviço de transporte escolar dos alunos da rede pública de ensino do Distrito Federal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2019.

MANOEL ÁLVARO DA COSTA Secretário Legislativo



Documento assinado eletronicamente por **MANOEL ALVARO DA COSTA - Matr. 15030, Secretário(a) Legislativo(a)**, em 19/12/2019, às 12:45, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente n° 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal n° 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador externo.php?acao=documento conferir&id orgao acesso externo=0 Código Verificador: **0026786** Código CRC: **4005A3A4**.



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 24, DE 2019

REDAÇÃO FINAL

Dispõe sobre a criação, implantação e gestão de parques urbanos no Distrito Federal e dá outras providências.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

- **Art. 1º** A criação, implantação e gestão de parques urbanos no Distrito Federal são disciplinadas pelas disposições desta Lei Complementar.
- **Art. 2º** Os parques urbanos devem situar-se dentro de centros urbanos ou ser contíguos a estes, em áreas de fácil acesso à população.

Parágrafo único. As áreas selecionadas para criação e implantação de parques urbanos devem possuir infraestrutura para o desenvolvimento de atividades recreativas, culturais, esportivas, educacionais e artísticas.

- **Art. 3º** Parque urbano é categoria de espaço livre de uso público, bem de uso comum do povo, que desempenha as seguintes funções no espaço urbano:
- I recreativa e de socialização na oferta para a população de espaços de convivência, lazer, esporte, descanso, passeio e manifestações culturais;
- II paisagística no equilíbrio da composição entre espaços urbanos construídos e livres, constituição da paisagem e identidade local;
 - III ambiental na prestação dos serviços ecossistêmicos.

Parágrafo único. O parque urbano complementa o conjunto das áreas verdes urbanas, definidas nos termos da Lei federal n^o 12.651, de 25 de maio de 2012.

- **Art. 4º** São objetivos dos parques urbanos:
- ${
 m I}$ garantir espaços para as atividades de esporte, recreação e lazer em contato harmônico com a natureza, próximos aos locais de moradia;
- II estimular o desenvolvimento de manifestações e atividades culturais, educacionais, de socialização e convívio das comunidades;
 - III promover a permeabilidade do solo;
 - IV promover a melhoria da qualidade do ar, do microclima local e da umidade do ar;
- V promover a arborização e o tratamento adequado da vegetação como elemento integrador na composição da paisagem urbana;
 - VI conservar atributos naturais da paisagem urbana.
- **Art. 5º** A servidão ambiental perpétua proveniente de parcelamento urbano, nos termos da Lei federal nº 12.651, de 2012, pode ser transformada em parque urbano, desde que averbada na matrícula do imáxel.
- **Parágrafo único.** A implantação e manutenção dos parques oriundos da servidão ambiental perpétua são acordadas mediante contrato de cessão, realizado entre a administração e o proprietário.
- **Art. 6º** Os parques urbanos podem ter sua poligonal alterada por interesse público, mediante estudo técnico prévio e consulta pública.
 - **Art. 7º** É proibido o uso residencial, permanente ou temporário, no interior dos parques urbanos.
 - Art. 8º A implantação do parque urbano segue o respectivo projeto de paisagismo.
- **Art. 9º** Compete ao órgão responsável pelo desenvolvimento territorial e urbano a aprovação de poligonal de parques urbanos, a emissão de diretrizes e a aprovação do respectivo projeto de paisagismo, conforme legislação pertinente.



- **Art. 10.** Compete às administrações regionais a implantação e a gestão dos parques urbanos inseridos em sua área de abrangência.
- § 1º O órgão responsável pela coordenação das administrações regionais, o órgão responsável pela execução de obras no Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil Novacap podem apoiar a implantação e a manutenção dos parques urbanos.
- $\S~2^o$ As administrações regionais podem celebrar parcerias envolvendo entes públicos e privados relativos às suas competências.
- § 3º As administrações regionais devem estimular a participação da comunidade na implantação e gestão dos parques urbanos.
- **Art. 11.** Para a implantação, gestão e manutenção dos parques urbanos, devem ser destinados recursos provenientes de pelo menos 1 das seguintes fontes:
 - I compensação florestal;
 - II instrumentos de política urbana;
 - III orçamento do governo do Distrito Federal;
 - IV outras fontes públicas ou privadas.
- **Art. 12.** Os parques que tenham sido instituídos ou recategorizados na forma de parques de uso múltiplo, nos termos da Lei Complementar nº 265, de 14 de dezembro de 1999, passam a ser categorizados como parques urbanos.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo aos parques existentes constituídos em projetos urbanísticos registrados em cartório.

- Art. 13. Esta Lei Complementar será regulamentada em 90 dias.
- Art. 14. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.
- **Art. 15.** Fica revogada a Lei Complementar nº 265, de 1999.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2019.

MANOEL ÁLVARO DA COSTA Secretário Legislativo



Documento assinado eletronicamente por MANOEL ALVARO DA COSTA - Matr. 15030, Secretário(a) Legislativo(a), em 19/12/2019, às 12:44, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente n° 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal n° 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador externo.php?acao=documento conferir&id orgao acesso externo=0 Código Verificador: **0026773** Código CRC: **58D3B3C2**.



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 26, DE 2019

REDAÇÃO FINAL

Altera a Lei nº 41, de 13 de setembro de 1989, que dispõe sobre a Política Ambiental do Distrito Federal e dá outras providências, e dá outras providências.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º O art. 74, parágrafo único, da Lei nº 41, de 13 de setembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo único. O saldo financeiro positivo do FUNAM apurado em balanço é automaticamente transferido para o Tesouro do Distrito Federal, observado o disposto no art. 2º-A, §§ 1º a 4º, da Lei Complementar nº 292, de 2 de junho de 2000, exceto quanto aos recursos provenientes de processos judiciais.

- **Art. 2º** Revoga-se o art. 7º da Lei Complementar nº 925, de 28 de junho de 2017.
- Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2019.

MANOEL ÁLVARO DA COSTA Secretário Legislativo



Documento assinado eletronicamente por **MANOEL ALVARO DA COSTA - Matr. 15030**, **Secretário(a) Legislativo(a)**, em 19/12/2019, às 12:45, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador externo.php?acao=documento conferir&id orgao acesso externo=0 Código Verificador: **0026799** Código CRC: **085071CB**.

EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 28, DE 2019

REDAÇÃO FINAL

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 395, de 31 de julho de 2001, que dispõe sobre a organização da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, e da Lei Complementar nº 681, de 16 de janeiro de 2003, que reestrutura a carreira de Procurador do Distrito Federal, e dá outras providências.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º A Lei Complementar n^o 395, de 31 de julho de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I – o art. 2º, parágrafo único, passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo único. Integram o sistema jurídico do Distrito Federal as assessorias jurídicolegislativas e os serviços jurídicos dos órgãos da administração direta, das autarquias e das fundações públicas do Distrito Federal.

II – o art. 4º é acrescido do inciso XXVIII, com a seguinte redação:

XXVIII — disciplinar, por ato normativo próprio, os procedimentos para o exercício da atividade de consultoria e assessoramento jurídico do Distrito Federal e de suas autarquias e fundações.

III – o art. 5°, I a V, passa a vigorar com a seguinte redação:

I – órgãos de decisão colegiada;

II – órgãos de direção superior;

III – órgãos de assessoramento superior;

IV – órgãos de apoio estratégico;

V – órgãos executivos do sistema jurídico do Distrito Federal;

IV – o art. 5º é acrescido dos seguintes incisos VI e VII:

VI – órgãos de apoio técnico e operacional;

VII – órgãos administrativos.

V − o art. 5°, § 3°, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 3º O procurador-geral do Distrito Federal é substituído, em suas ausências e impedimentos eventuais, por um dos procuradores-gerais adjuntos, na forma definida em portaria.

VI – o art. 6º é acrescido do seguinte inciso XLVIII:

XLVIII — regulamentar os procedimentos para o exercício da atividade de consultoria e assessoramento jurídico do Distrito Federal e de suas autarquias e fundações.

VII – o art. 28 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 28. Os procuradores do Distrito Federal exercem suas funções nos órgãos da Procuradoria-Geral, nos serviços jurídicos das autarquias e fundações públicas, nas chefias das assessorias jurídicolegislativas e nos órgãos e entidades da administração direta do Distrito Federal.

§ 1º As chefias das assessorias jurídico-legislativas das secretarias de estado do Distrito Federal e dos órgãos jurídicos das autarquias e fundações públicas são exercidas privativamente por membros da carreira de Procurador do Distrito Federal e da carreira de Procurador de que trata a Lei Complementar nº 914, de 2 de setembro de 2016, por indicação do procurador-geral do Distrito Federal, sendo dispensada a cessão.

§ 2º A consultoria jurídica e o assessoramento aos órgãos e entidades que não dispuserem de



assessoria jurídico-legislativa própria são prestados pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, na forma do ato normativo previsto no art. $4^{\rm o}$, XXVIII.

- § 3º Os órgãos e entidades não dotados de assessoria jurídico-legislativa e serviço jurídico próprio devem manter estrutura de atividade jurídica de apoio para o desempenho de atividade de consultoria jurídica e assessoramento da Procuradoria-Geral do Distrito Federal.
- **Art. 2º** A Lei Complementar nº 681, de 16 de janeiro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:
 - I o art. 14 passa a vigorar com a seguinte redação:
- Art. 14. Aos membros da carreira de Procurador do Distrito Federal e da carreira de Procurador de que trata a Lei Complementar no 914, de 02 de setembro de 2016, em atividade, inclusive quando no exercício de cargo em comissão, será devida indenização de transporte, cujo valor mensal será definido em ato do Procurador-Geral do Distrito Federal, sendo dispensada a comprovação dos deslocamentos, diante da natureza específica das atribuições do cargo.
 - II o art. 15, § 1º, passa a vigorar com a seguinte redação:
- § 1º Para fins de substituição, obedece-se aos critérios equitativo e de rotatividade na designação de membros da carreira de Procurador do Distrito Federal e Procurador de que trata a Lei Complementar nº 914, de 2 de setembro de 2016, ressalvada hipótese de autorização expressa da chefia imediata, provocada por requerimento dos membros interessados.
 - III o art. 15 é acrescido dos seguintes §§ 3º, 4º, 5º e 6º:
- § 3º A carga de trabalho do substituído não titular de cargo em comissão ou função de confiança é atribuída em frações iguais a 2 membros da carreira designados para a substituição, sem prejuízo das respectivas cargas e atribuições.
- § 4º Quando, por motivo de excepcional necessidade do serviço, devidamente justificado por ato normativo próprio do procurador-geral do Distrito Federal, não possa ser cumprida a regra do § 3º, apenas 1 membro da carreira pode ser designado para a substituição.
- § 5º A designação para exercício da substituição de que trata este artigo pode recair sobre todos os membros ativos da carreira de Procurador do Distrito Federal e da carreira Procurador de que trata a Lei Complementar nº 914, de 2016, mesmo quando ocupantes de cargos em comissão e funções de confiança.
- § 6º Nenhum procurador do Distrito Federal ou procurador de que trata a Lei Complementar nº 914, de 2016, pode ser designado para exercer, simultaneamente, mais de 1 substituição.
- **Art. 3º** Também se aplica aos defensores públicos do Distrito Federal o disposto nos arts. 14 e 15, §§ 1º a 6º, da Lei Complementar nº 681, de 2003.

Parágrafo único. Eventuais efeitos financeiros decorrentes da aplicação do **caput** correm à conta das dotações orçamentárias consignadas à Defensoria Pública do Distrito Federal, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2019.

MANOEL ÁLVARO DA COSTA Secretário Legislativo



Documento assinado eletronicamente por **MANOEL ALVARO DA COSTA - Matr. 15030, Secretário(a) Legislativo(a)**, em 19/12/2019, às 12:44, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:



http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 Código Verificador: **0026774** Código CRC: **E39C5425**.



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 29, DE 2019

REDAÇÃO FINAL

Altera o art. 83, II, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º O art. 83, II, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

 ${
m II}$ – 10%, no caso de periculosidade, salvo no caso da carreira de Execução Penal, disciplinada pela Lei nº 3.669, de 13 de setembro de 2005, que é de 20%.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2019.

MANOEL ÁLVARO DA COSTA Secretário Legislativo



Documento assinado eletronicamente por **MANOEL ALVARO DA COSTA - Matr. 15030**, **Secretário(a) Legislativo(a)**, em 19/12/2019, às 12:44, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente n° 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal n° 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador externo.php?acao=documento conferir&id orgao acesso externo=0 Código Verificador: **0026776** Código CRC: **D0B67D55**.

EM BRANCO EM BRANCO EM BRANCO



Seção 2

Portarias

PORTARIA-DRH Nº 454, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019

A DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo subitem 7.3 do Anexo V da Lei distrital nº 4.342/2009, e nos termos dos arts. 12, 13 e 14 da mesma Lei, combinado com o Parecer nº 207/2009-PG, ratificado pelo Despacho nº 20/2009, do Procurador Geral, aprovado pelo Gabinete da Mesa Diretora em sua 25ª Reunião, realizada em 11/9/2009, item 4 e Ato da Mesa Diretora nº 41, de 2014, RESOLVE:

I – CONCEDER ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO – AQ ao servidor, abaixo citado, resultante da avaliação de títulos efetuada pela Comissão instituída pela Portaria-GMD nº 173, de 28 de junho de 2019, nos percentuais obtidos no processo indicado, em razão da qualificação adicional decorrente da participação em eventos de capacitação, desenvolvimento e educação continuada:

MAT.	SERVIDOR	PROCESSO	DATA DE APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS	PERCENTUAL ACUMULADO (*)
16.752	JOÃO DE CARVALHO FERREIRA	001- 000388/2010	8/11/2019	13.00%

^(*) Percentual máximo: 15% (Lei nº 4.342, de 2009, art. 13).

 ${f II}$ — ${f DETERMINAR}$ que os efeitos financeiros decorrentes do Adicional de Qualificação incidam a partir da data de entrega dos títulos.

EDILAIR DA SILVA SENA

Diretora de Recursos Humanos



Documento assinado eletronicamente por **EDILAIR DA SILVA SENA - Matr. 16015**, **Diretor(a) de Recursos Humanos**, em 19/12/2019, às 16:24, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente n° 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal n° 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 Código Verificador: **0027048** Código CRC: **3E114886**.



PORTARIA DO SECRETÁRIO-GERAL Nº 112, 19 DE DEZEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO-GERAL DO GABINETE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi delegada por meio do disposto no inciso XVI, do art. 1º do Ato do Presidente nº 54, de 2019, publicado no DCL nº 11, de 11/01/2019, RESOLVE:

Art. 1º Constituir a Equipe de Planejamento da Implantação de Plataforma Educacional, com uso do **software** livre Moodle, para dar suporte aos processos organizacionais da Escola do Legislativo, incluindo a realização de eventos nas modalidades presencial e a distância.

Art. 2º A equipe constituída por esta Portaria será integrada pelos seguintes servidores:

Servidor	Matrícula	Função	
Ailton Luiz Gonçalves Feitosa	11.638	Coordenador	
Diego Ferreira Garcia	22.708	Representante da CMI	
Fabrício Veloso Costa	18.335	Representante da CCS	
Margarette de Cassia e Souza de Resende	12.557	Representante da CEPG	

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARLON CARVALHO CAMBRAIA

Secretário-Geral/Presidência



Documento assinado eletronicamente por **MARLON CARVALHO CAMBRAIA - Matr. 22302, Secretário(a) Geral da Mesa Diretora**, em 19/12/2019, às 19:01, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador externo=0 externo.php?acao=documento conferir&id orgao acesso externo=0 Código Verificador: **0026907** Código CRC: **330F0309**.



PORTARIA DO SECRETÁRIO-GERAL Nº 113, 19 DE DEZEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO-GERAL DO GABINETE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi delegada por meio do disposto no inciso XI do art. 1º do Ato do Presidente nº 54, de 2019, publicado no DCL nº 11, de 11/01/2019, tendo em vista o disposto no Ato do Presidente nº 43, de 2019, publicado no DCL nº 10, de 10/01/2019, R E S O L V E:

Art. 1º CONSTITUIR Comissão Executora do Contrato nº 24/2019, referente ao processo no 001.000.662/2015, firmado com a empresa VISUAL SISTEMA ELETRÔNICO LTDA., que tem como objeto o fornecimento de sistema de informatização de sessão plenária com instalação de painel eletrônico de votação e respectivos dispositivos de votação e aferimento de presença e quórum no plenário, cabendo aos designados exercer as atribuições previstas na Lei nº 8.666/93, e no Ato da Mesa Diretora nº 15, de 2019:

Art. 2º A Comissão Executora composta por esta Portaria será integrada pelos seguintes servidores:

Matrícula	CPF	Lotação	Função
18.552	701.343.671-20	SEAI	Gestor
22.617	173.791.318-69	SAPLE	Fiscal
16.840	028.284.656-59	SEMAT	Fiscal
22.610	033.301.785-40	SAPLE	Fiscal
11.409	358.389.301-87	SAPLE	Fiscal
15.030	754.477.467-87	SELEG	Fiscal
13.821	339.744.381-49	SELEG	Fiscal
22.700	009.346.461-47	SEASI	Fiscal
	18.552 22.617 16.840 22.610 11.409 15.030 13.821	18.552 701.343.671-20 22.617 173.791.318-69 16.840 028.284.656-59 22.610 033.301.785-40 11.409 358.389.301-87 15.030 754.477.467-87 13.821 339.744.381-49	18.552 701.343.671-20 SEAI 22.617 173.791.318-69 SAPLE 16.840 028.284.656-59 SEMAT 22.610 033.301.785-40 SAPLE 11.409 358.389.301-87 SAPLE 15.030 754.477.467-87 SELEG 13.821 339.744.381-49 SELEG

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

MARLON CARVALHO CAMBRAIA

Secretário-Geral/Presidência



Documento assinado eletronicamente por **MARLON CARVALHO CAMBRAIA - Matr. 22302**, **Secretário(a) Geral da Mesa Diretora**, em 19/12/2019, às 18:47, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 Código Verificador: **0026929** Código CRC: **AF20A411**.



Extratos - Licitações

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo nº 00001-00014932/2019-20. Contrato: nº 31/2019 — PG/CLDF. Firmado entre a Câmara Legislativa do Distrito Federal (Contratante) e o Governo do Distrito Federal (Contratado), CNPJ nº 09.639.459/0001-04. Objeto: serviço de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, de atos oficiais e demais matérias de interesse da Câmara Legislativa do Distrito Federal — CLDF, para o exercício de 2020. Valor total do contrato: R\$ 180.000,00. Programa de trabalho 0113160038505; natureza da despesa 339039. Vigência de 12 (doze) meses a partir do primeiro dia útil de 2020, com eficácia a partir da data da publicação do seu Extrato no DODF. Legislação: Lei 8.666/93 e suas alterações. Partes: Pela Contratante, MARLON CARVALHO CAMBRAIA — Secretário-Geral, e, pela Contratada, VALDETÁRIO ANDRADE MONTEIRO - Representante.



Documento assinado eletronicamente por **MARLON CARVALHO CAMBRAIA - Matr. 22302**, **Secretário(a) Geral da Mesa Diretora**, em 17/12/2019, às 16:10, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador externo.php?acao=documento conferir&id orgao acesso externo=0 Código Verificador: **0025243** Código CRC: **296B62F5**.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo nº 00001-00014932/2019-20. Contrato: nº 31/2019 — PG/CLDF. Firmado entre a Câmara Legislativa do Distrito Federal (Contratante) e o Governo do Distrito Federal (Contratado), CNPJ nº 09.639.459/0001-04. Objeto: serviço de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, de atos oficiais e demais matérias de interesse da Câmara Legislativa do Distrito Federal — CLDF, para o exercício de 2020. Valor total do contrato: R\$ 180.000,00. Programa de trabalho 0113160038505; natureza da despesa 339039. Vigência de 12 (doze) meses a partir do primeiro dia útil de 2020, com eficácia a partir da data da publicação do seu Extrato no DODF. Legislação: Lei 8.666/93 e suas alterações. Partes: Pela Contratante, MARLON CARVALHO CAMBRAIA — Secretário-Geral, e, pela Contratada, VALDETÁRIO ANDRADE MONTEIRO - Representante.



Documento assinado eletronicamente por **MARLON CARVALHO CAMBRAIA - Matr. 22302**, **Secretário(a) Geral da Mesa Diretora**, em 19/12/2019, às 16:15, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 Código Verificador: **0027030** Código CRC: **403FF83C**.



Extratos - Contratos

EXTRATO DE CONTRATO

Processo n.º 001-000.682/2019. Contrato: n.º 28/2019 – PG/CLDF. Firmado entre a Câmara Legislativa do Distrito Federal (Contratante) e a empresa UNITECH RIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA (Contratada), CNPJ nº 32.578.387/0001-54, em 03/12/2019. Objeto: aquisição de licenças de produtos VMware, integrantes da infraestrutura computacional da Câmara Legislativa do Distrito Federal, com garantia, assistência e suporte técnico pelo período de 60 (sessenta) meses. Valor total do contrato: R\$ 1.066.593,00. Unidade Gestora 10101, gestão 00001, unidade orçamentária 01101, programa de trabalho 01126600314710006, fonte de recurso 100000000; natureza da despesa 449039; Nota de empenho 2019NE00690, com valor de R\$ 1.066.593,00. Vigência corresponderá ao prazo para o recebimento definitivo do objeto, conforme descrito no Cronograma de Execução, Item 9.8 do Termo de Referência, contados de sua assinatura, com eficácia a partir da data da publicação do seu Extrato no DODF. Legislação: Lei 8.666/93 e suas alterações. Partes: Pela Contratante, MARLON CARVALHO CAMBRAIA – Secretário-Geral, e, pela Contratada, LUIZ CARLOS COSTA GONÇALVES – Representante Legal.



Documento assinado eletronicamente por **MARLON CARVALHO CAMBRAIA - Matr. 22302, Secretário(a) Geral da Mesa Diretora**, em 18/12/2019, às 19:02, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 Código Verificador: **0026466** Código CRC: **85F2F36C**.

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº 001-001.070/2019. Contrato: n.º 29/2019 – PG/CLDF. Firmado entre a Câmara Legislativa do Distrito Federal (Contratante) e a empresa H3D SOLUÇÕES DE TELEINFORMÁTICA LTDA - EPP, CNPJ nº 14.062.549/0001-15, em 03/12/2019. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de gerenciamento e programação de sistema telefônico com manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, para a Central Telefônica da CLDF. Valor total do contrato: R\$ 156.000,00. Unidade Gestora 10101, gestão 00001, unidade orçamentária 01101, programa de trabalho 01122600385170065, fonte de recurso 100000000; natureza da despesa 339039; Nota de empenho 2019NE00658, com valor de R\$7.800,00. Vigência de vinte meses, contados de sua assinatura, com eficácia a partir da data da publicação do seu Extrato no DODF. Legislação: Lei 8.666/93 e suas alterações. Partes: Pela Çontratante, MARLON CARVALHO CAMBRAIA — Secretário-Geral, e, pela Contratada, HENRIQUE JOSÉ RIBEIRO ALVES — Sócio-Administrador.



Documento assinado eletronicamente por **MARLON CARVALHO CAMBRAIA - Matr. 22302**, **Secretário(a) Geral da Mesa Diretora**, em 16/12/2019, às 17:41, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 Código Verificador: **0024054** Código CRC: **FEF28D61**.



